



OP-066MR-20  
CÓD.: 7891182030199

# **Fundação Municipal de Saúde de Foz do Iguaçu do Estado do Paraná - FMS**

**Técnico em Enfermagem**

## Língua Portuguesa

Análise e interpretação de texto (compreensão global; ponto de vista do autor; ideias centrais desenvolvidas em cada parágrafo, inferências); .....	01
Gêneros e Tipologias textuais; .....	06
Elementos de coesão e coerência textual; .....	07
Ortografia Oficial (acentuação gráfica, letra e fonema, sílaba, encontros vocálicos e consonantais, dígrafos); ...	08
Emprego das classes de palavras; .....	16
Semântica (sinônimos e antônimos, significação das palavras, sentido conotativo e denotativo); Funções sintáticas; .....	23
Concordâncias nominal e verbal; .....	29
Pontuação; .....	35
Uso dos porquês. ....	37

## Matemática/ Raciocínio Lógico

Números reais: operações, .....	01
Múltiplos e divisores; .....	05
Conjunto dos números inteiros: operações e problemas; .....	06
Conjunto dos números racionais: operações, representação decimal; .....	08
Sistemas de medidas: sistema métrico decimal, unidades de comprimento, área, volume e massa, unidades usuais de tempo; geométrica, .....	12
Grandezas direta e inversamente proporcionais, .....	14
Regra de três simples e composta, .....	16
Juros simples e compostos; .....	18
Sequências Lógicas envolvendo números, letras e figuras. ....	20
Geometria básica. ....	26
Equações do 2º grau. ....	34
Sistemas de equações. ....	37
Conjuntos; as relações de pertinência, inclusão e igualdade; operações entre conjuntos, união, interseção e diferença. ....	39
Comparações. ....	41
Numeração. ....	42
Razão e proporção. ....	14
Porcentagem. ....	42
Probabilidade. ....	44
Resolução de problemas. ....	47

## Conhecimentos Gerais

Aspectos culturais, sociais, históricos e geográficos do município de Foz do Iguaçu e do Estado do Paraná.	01
Atualidades.....	26
Cenários políticos.....	41
Movimentos sociais.....	53
Trabalho, Previdência e outras questões sociais. ....	56
Ciência, Tecnologia e Inovação. ....	67
Meio Ambiente, Sustentabilidade e Aquecimento global. ....	78
Desastres naturais e humanos.....	92
Arte e Cultura.....	95
Sociedade e comportamento. ....	102
Guerras, conflitos e terrorismo.....	110

## Conhecimentos Específicos Técnico em Enfermagem

Lei do exercício profissional. ....	01
Ética e legislação profissional. ....	02
Noções de Farmacologia. ....	09
Admissão, alta, óbito. ....	20
Assistência de enfermagem ao exame físico. ....	21
Enfermagem nos exames complementares. ....	25
Assistência de enfermagem aos pacientes graves e agonizantes e preparo do corpo pós-morte. ....	37
Tratamento e assistência de enfermagem em: clínica médica, emergências, clínica médico-cirúrgica, pediatria, psiquiatria, ginecologia e obstetrícia, neonatologia. ....	38
Doenças infecto-parasitárias. ....	123
Programa de imunização e rede de frios, conservação de vacinas, esquema básico de vacinação, vias de administração. ....	149
Políticas Públicas de saúde. ....	164
Saúde do idoso. ....	180
Procedimentos técnicos relacionados ao conforto e à segurança do paciente: higiene, massagem de conforto, posições para exames, transporte do paciente e paciente terminal. ....	192
Técnicas básicas: sinais vitais, medicação, coleta de material para exames, técnicas de curativo, crioterapia e termoterapia, nebulização, oxigenoterapia e sondagens. ....	215
Controle de infecção hospitalar: assepsia e antissepsia, esterilização, controle e prevenção de infecção hospitalar. ....	240
Atuação do técnico de enfermagem na unidade de: clínica médica, cirúrgica, pré e pós-operatório, emergências, hemorragia, envenenamento, choque, queimaduras, insuficiência respiratória e ressuscitação cardiopulmonar. ....	248
Saúde da mulher: gravidez e suas complicações, parto e suas complicações, assistência do puerpério e suas complicações, prevenção do câncer cérvico-uterino e mama, planejamento familiar. ....	248

Sistema Único de Saúde .....	282
Leis Orgânicas de Saúde e suas atualizações (Lei 8080/90 e 8142/90) .....	291
Decreto 7.508 de 28 de Junho 2011 e suas atualizações. ....	301
Pacto do SUS. ....	305
Conceitos da Atenção Primária em Saúde. ....	309
Política Nacional de Humanização; .....	312
Normas e Diretrizes da Estratégia Saúde da Família. ....	317
Modelos Assistenciais.....	321



## AVISO IMPORTANTE



A Apostilas Opção **não** está vinculada as organizadoras de Concurso Público. A aquisição do material **não** garante sua inscrição ou ingresso na carreira pública.



Sua Apostila aborda os tópicos do Edital de forma prática e esquematizada.



Alterações e Retificações após a divulgação do Edital estarão disponíveis em **Nosso Site** na **Versão Digital**.



Dúvidas sobre matérias podem ser enviadas através do site: <https://www.apostilasopcao.com.br/contatos.php>, com retorno do Professor no prazo de até **05 dias úteis**.



**PIRATARIA É CRIME:** É proibida a reprodução total ou parcial desta apostila, de acordo com o Artigo 184 do Código Penal.



**Apostilas Opção, a Opção certa para a sua realização.**



# CONTEÚDO EXTRA

**Aqui você vai saber tudo sobre o Conteúdo Extra Online**



Para acessar o **Conteúdo Extra Online** (*vídeoaulas, testes e dicas*) digite em seu navegador: [www.apostilasopcao.com.br/extra](http://www.apostilasopcao.com.br/extra)



O **Conteúdo Extra Online** é apenas um material de apoio complementar aos seus estudos.



O **Conteúdo Extra Online** **não** é elaborado de acordo com Edital da sua Apostila.



O **Conteúdo Extra Online** foi tirado de diversas fontes da internet e **não** foi revisado.



A Apostilas Opção **não** se responsabiliza pelo **Conteúdo Extra Online**.



---

# LÍNGUA PORTUGUESA

---

**ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO  
(COMPREENSÃO GLOBAL; PONTO DE VISTA  
DO AUTOR; IDEIAS CENTRAIS DESENVOLVIDAS EM CADA PARÁGRAFO, INFERÊNCIAS);**

**Texto** – é um conjunto de ideias organizadas e relacionadas entre si, formando um todo significativo capaz de produzir interação comunicativa (capacidade de codificar e decodificar).

**Contexto** – um texto é constituído por diversas frases. Em cada uma delas, há uma informação que se liga com a anterior e/ou com a posterior, criando condições para a estruturação do conteúdo a ser transmitido. A essa interligação dá-se o nome de *contexto*. O relacionamento entre as frases é tão grande que, se uma frase for retirada de seu contexto original e analisada separadamente, poderá ter um significado diferente daquele inicial.

**Intertexto** - comumente, os textos apresentam referências diretas ou indiretas a outros autores através de citações. Esse tipo de recurso denomina-se *intertexto*.

**Interpretação de texto** - o objetivo da interpretação de um texto é a identificação de sua ideia principal. A partir daí, localizam-se as ideias secundárias - ou fundamentações -, as argumentações - ou explicações -, que levam ao esclarecimento das questões apresentadas na prova.

Normalmente, numa prova, o candidato deve:

1- **Identificar** os elementos fundamentais de uma argumentação, de um processo, de uma época (neste caso, procuram-se os verbos e os advérbios, os quais definem o tempo).

2- **Comparar** as relações de semelhança ou de diferenças entre as situações do texto.

3- **Comentar**/relacionar o conteúdo apresentado com uma realidade.

4- **Resumir** as ideias centrais e/ou secundárias.

5- **Parafrasear** = reescrever o texto com outras palavras.

**Condições básicas para interpretar**

Fazem-se necessários:

- Conhecimento histórico-literário (escolas e gêneros literários, estrutura do texto), leitura e prática;

- Conhecimento gramatical, estilístico (qualidades do texto) e semântico;

**Observação** – na semântica (significado das palavras) incluem-se: *homônimos e parônimos, denotação e conotação, sinonímia e antonímia, polissemia, figuras de linguagem*, entre outros.

- Capacidade de observação e de síntese;

- Capacidade de raciocínio.

**Interpretar / Compreender**

**Interpretar** significa:

- *Explicar, comentar, julgar, tirar conclusões, deduzir.*

- *Através do texto, infere-se que...*

- *É possível deduzir que...*

- *O autor permite concluir que...*

- *Qual é a intenção do autor ao afirmar que...*

**Compreender** significa

- *entendimento, atenção ao que realmente está escrito.*

- *o texto diz que...*

- *é sugerido pelo autor que...*

- *de acordo com o texto, é correta ou errada a afirmação...*

- *o narrador afirma...*

**Erros de interpretação**

- **Extrapolação** (“*viagem*”) = ocorre quando se sai do contexto, acrescentando ideias que não estão no texto, quer por conhecimento prévio do tema quer pela imaginação.

- **Redução** = é o oposto da extrapolção. Dá-se atenção apenas a um aspecto (esquecendo que um texto é um conjunto de ideias), o que pode ser insuficiente para o entendimento do tema desenvolvido.

- **Contradição** = às vezes o texto apresenta ideias contrárias às do candidato, fazendo-o tirar conclusões equivocadas e, conseqüentemente, errar a questão.

**Observação** - Muitos pensam que existem a ótica do escritor e a ótica do leitor. Pode ser que existam, mas numa prova de concurso, o que deve ser levado em consideração é o que o autor diz e nada mais.

**Coesão** - é o emprego de mecanismo de sintaxe que relaciona palavras, orações, frases e/ou parágrafos entre si. Em outras palavras, a coesão dá-se quando, através de um pronome relativo, uma conjunção (NEXOS), ou um pronome oblíquo átono, há uma relação correta entre o que se vai dizer e o que já foi dito.

**Observação** – São muitos os erros de coesão no dia a dia e, entre eles, está o mau uso do pronome relativo e do pronome oblíquo átono. Este depende da regência do verbo; aquele, do seu antecedente. Não se pode esquecer também de que os pronomes relativos têm, cada um, valor semântico, por isso a necessidade de adequação ao antecedente.

Os pronomes relativos são muito importantes na interpretação de texto, pois seu uso incorreto traz erros de coesão. Assim sendo, deve-se levar em consideração que existe um pronome relativo adequado a cada circunstância, a saber:

- *que* (neutro) - relaciona-se com qualquer antecedente, mas depende das condições da frase.

- *qual* (neutro) idem ao anterior.

- *quem* (pessoa)

- *cujo* (posse) - antes dele aparece o possuidor e depois o objeto possuído.

- *como* (modo)

- *onde* (lugar)

- *quando* (tempo)

- *quanto* (montante)

Exemplo:

*Falou tudo QUANTO queria (correto)*

*Falou tudo QUE queria (errado - antes do QUE, deveria aparecer o demonstrativo O).*

**Dicas para melhorar a interpretação de textos**

- Leia todo o texto, procurando ter uma visão geral do assunto. *Se ele for longo, não desista! Há muitos candidatos na disputa, portanto, quanto mais informação você absorver com a leitura, mais chances terá de resolver as questões.*

- Se encontrar palavras desconhecidas, não interrompa a leitura.

- Leia, leia bem, leia profundamente, ou seja, leia o texto, pelo menos, duas vezes – *ou quantas forem necessárias.*

- *Procure fazer inferências, deduções (chegar a uma conclusão).*

- **Volte ao texto quantas vezes precisar.**

- **Não permita que prevaleçam suas ideias sobre as do autor.**

- Fragmente o texto (parágrafos, partes) para melhor compreensão.

- **Verifique, com atenção e cuidado, o enunciado de cada questão.**

- O autor defende ideias e você deve percebê-las.

- Observe as relações interparágrafos. Um parágrafo geralmente mantém com outro uma relação de continuação, conclusão ou falsa oposição. Identifique muito bem essas relações.

- Sublinhe, em cada parágrafo, o tópico frasal, ou seja, a ideia mais importante.

- **Nos enunciados, grife palavras como “correto” ou “incorreto”, evitando, assim, uma confusão na hora da resposta – o que vale não somente para Interpretação de Texto, mas para todas as demais questões!**

- Se o foco do enunciado for o tema ou a ideia principal, leia com atenção a introdução e/ou a conclusão.

- Olhe com especial atenção os pronomes relativos, pronomes pessoais, pronomes demonstrativos, etc., chamados *vocábulos relatores*, porque remetem a outros vocábulos do texto.

Fontes de pesquisa:

<http://www.tudosobreconcursos.com/materiais/portugues/como-interpretar-textos>

<http://portuguesemfoco.com/pf/09-dicas-para-melhorar-a-interpretacao-de-textos-em-provas>

<http://www.portuguesnarede.com/2014/03/dicas-para-voce-interpretar-melhor-um.html>

<http://vestibular.uol.com.br/cursinho/questoes/questao-117-portugues.htm>

**QUESTÕES**

1-) (SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL/DF – TÉCNICO EM ELETRÔNICA – IADES/2014)

Gratuidades

Crianças com até cinco anos de idade e adultos com mais de 65 anos de idade têm acesso livre ao Metrô-DF. Para os menores, é exigida a certidão de nascimento e, para os idosos, a carteira de identidade. Basta apresentar um documento de identificação aos funcionários posicionados no bloqueio de acesso.

Disponível em: <<http://www.metro.df.gov.br/estacoes/gratuidades.html>> Acesso em: 3/3/2014, com adaptações.

Conforme a mensagem do primeiro período do texto, assinale a alternativa correta.

(A) Apenas as crianças com até cinco anos de idade e os adultos com 65 anos em diante têm acesso livre ao Metrô-DF.

(B) Apenas as crianças de cinco anos de idade e os adultos com mais de 65 anos têm acesso livre ao Metrô-DF.

(C) Somente crianças com, no máximo, cinco anos de idade e adultos com, no mínimo, 66 anos têm acesso livre ao Metrô-DF.

(D) Somente crianças e adultos, respectivamente, com cinco anos de idade e com 66 anos em diante, têm acesso livre ao Metrô-DF.

(E) Apenas crianças e adultos, respectivamente, com até cinco anos de idade e com 65 anos em diante, têm acesso livre ao Metrô-DF.

1-) Dentre as alternativas apresentadas, a única que condiz com as informações expostas no texto é “Somente crianças com, no máximo, cinco anos de idade e adultos com, no mínimo, 66 anos têm acesso livre ao Metrô-DF”.

RESPOSTA: “C”.

2-) (SUSAM/AM – TÉCNICO (DIREITO) – FGV/2014 - adaptada) “Se alguém que é gay procura Deus e tem boa vontade, quem sou eu para julgá-lo?” a declaração do Papa Francisco, pronunciada durante uma entrevista à imprensa no final de sua visita ao Brasil, ecoou como um trovão mundo afora. Nela existe mais forma que substância – mas a forma conta”. (...)

(Axé Silva, O Mundo, setembro 2013)

O texto nos diz que a declaração do Papa ecoou como um trovão mundo afora. Essa comparação traz em si mesma dois sentidos, que são

- (A) o barulho e a propagação.
- (B) a propagação e o perigo.
- (C) o perigo e o poder.
- (D) o poder e a energia.
- (E) a energia e o barulho.

2-) Ao comparar a declaração do Papa Francisco a um trovão, provavelmente a intenção do autor foi a de mostrar o “barulho” que ela causou e sua propagação mundo afora. Você pode responder à questão por eliminação: a segunda opção das alternativas relaciona-se a “mundo afora”, ou seja, que se propaga, espalha. Assim, sobraria apenas a alternativa A!

RESPOSTA: “A”.

3-) (SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL/DF – TÉCNICO EM CONTABILIDADE – IADES/2014 - adaptada)

Concha Acústica

Localizada às margens do Lago Paranoá, no Setor de Clubes Esportivos Norte (ao lado do Museu de Arte de Brasília – MAB), está a Concha Acústica do DF. Projetada por Oscar Niemeyer, foi inaugurada oficialmente em 1969 e doada pela Terracap à Fundação Cultural de Brasília (hoje Secretaria de Cultura), destinada a espetáculos ao ar livre. Foi o primeiro grande palco da cidade.

Disponível em: <<http://www.cultura.df.gov.br/nossa-cultura/concha-acustica.html>>. Acesso em: 21/3/2014, com adaptações.

Assinale a alternativa que apresenta uma mensagem compatível com o texto.

(A) A Concha Acústica do DF, que foi projetada por Oscar Niemeyer, está localizada às margens do Lago Paranoá, no Setor de Clubes Esportivos Norte.

(B) Oscar Niemeyer projetou a Concha Acústica do DF em 1969.

(C) Oscar Niemeyer doou a Concha Acústica ao que hoje é a Secretaria de Cultura do DF.

(D) A Terracap transformou-se na Secretaria de Cultura do DF.

(E) A Concha Acústica foi o primeiro palco de Brasília.

3-) Recorramos ao texto: “Localizada às margens do Lago Paranoá, no Setor de Clubes Esportivos Norte (ao lado do Museu de Arte de Brasília – MAB), está a Concha Acústica do DF. Projetada por Oscar Niemeyer”. As informações contidas nas demais alternativas são incoerentes com o texto.

RESPOSTA: “A”.

Primeiramente, o que nos faz produzir um texto é a capacidade que temos de pensar. Por meio do pensamento, elaboramos todas as informações que recebemos e orientamos as ações que interferem na realidade e organização de nossos escritos. O que lemos é produto de um pensamento transformado em texto.

Logo, como cada um de nós tem seu modo de pensar, quando escrevemos sempre procuramos uma maneira organizada do leitor compreender as nossas ideias. A finalidade da escrita é direcionar totalmente o que você quer dizer, por meio da comunicação.

Para isso, os elementos que compõem o texto se subdividem em: introdução, desenvolvimento e conclusão. Todos eles devem ser organizados de maneira equilibrada.

### Introdução

Caracterizada pela entrada no assunto e a argumentação inicial. A ideia central do texto é apresentada nessa etapa. Essa apresentação deve ser direta, sem rodeios. O seu tamanho raramente excede a 1/5 de todo o texto. Porém, em textos mais curtos, essa proporção não é equivalente. Neles, a introdução pode ser o próprio título. Já nos textos mais longos, em que o assunto é exposto em várias páginas, ela pode ter o tamanho de um capítulo ou de uma parte precedida por subtítulo. Nessa situação, pode ter vários parágrafos. Em redações mais comuns, que em média têm de 25 a 80 linhas, a introdução será o primeiro parágrafo.

### Desenvolvimento

A maior parte do texto está inserida no desenvolvimento, que é responsável por estabelecer uma ligação entre a introdução e a conclusão. É nessa etapa que são elaboradas as ideias, os dados e os argumentos que sustentam e dão base às explicações e posições do autor. É caracterizado por uma “ponte” formada pela organização das ideias em uma sequência que permite formar uma relação equilibrada entre os dois lados.

O autor do texto revela sua capacidade de discutir um determinado tema no desenvolvimento, e é através desse que o autor mostra sua capacidade de defender seus pontos de vista, além de dirigir a atenção do leitor para a conclusão. As conclusões são fundamentadas a partir daqui.

Para que o desenvolvimento cumpra seu objetivo, o escritor já deve ter uma ideia clara de como será a conclusão. Daí a importância em planejar o texto.

Em média, o desenvolvimento ocupa 3/5 do texto, no mínimo. Já nos textos mais longos, pode estar inserido em capítulos ou trechos destacados por subtítulos. Apresente-se-á no formato de parágrafos medianos e curtos.

Os principais erros cometidos no desenvolvimento são o desvio e a desconexão da argumentação. O primeiro está relacionado ao autor tomar um argumento secundário que se distancia da discussão inicial, ou quando se concentra em apenas um aspecto do tema e esquece o seu todo. O segundo caso acontece quando quem redige tem muitas ideias ou informações sobre o que está sendo discutido, não conseguindo estruturá-las. Surge também a dificuldade de organizar seus pensamentos e definir uma linha lógica de raciocínio.

### Conclusão

Considerada como a parte mais importante do texto, é o ponto de chegada de todas as argumentações elaboradas. As ideias e os dados utilizados convergem para essa parte, em que a exposição ou discussão se fecha.

Em uma estrutura normal, ela não deve deixar uma brecha para uma possível continuidade do assunto; ou seja, possui atributos de síntese. A discussão não deve ser encerrada com argumentos repetitivos, como por exemplo: “Portanto, como já dissemos antes...”, “Concluindo...”, “Em conclusão...”.

Sua proporção em relação à totalidade do texto deve ser equivalente ao da introdução: de 1/5. Essa é uma das características de textos bem redigidos.

Os seguintes erros aparecem quando as conclusões ficam muito longas:

- O problema aparece quando não ocorre uma exploração devida do desenvolvimento, o que gera uma invasão das ideias de desenvolvimento na conclusão.

- Outro fator conseqüente da insuficiência de fundamentação do desenvolvimento está na conclusão precisar de maiores explicações, ficando bastante vazia.

- Enrolar e “encher linguiça” são muito comuns no texto em que o autor fica girando em torno de ideias redundantes ou paralelas.

- Uso de frases vazias que, por vezes, são perfeitamente dispensáveis.

- Quando não tem clareza de qual é a melhor conclusão, o autor acaba se perdendo na argumentação final.

Em relação à abertura para novas discussões, a conclusão não pode ter esse formato, **exceto** pelos seguintes fatores:

- Para não influenciar a conclusão do leitor sobre temas polêmicos, o autor deixa a conclusão em aberto.

- Para estimular o leitor a ler uma possível continuidade do texto, o autor não fecha a discussão de propósito.

- Por apenas apresentar dados e informações sobre o tema a ser desenvolvido, o autor não deseja concluir o assunto.

- Para que o leitor tire suas próprias conclusões, o autor enumera algumas perguntas no final do texto.

A maioria dessas falhas pode ser evitada se antes o autor fizer um esboço de todas as suas ideias. Essa técnica é um roteiro, em que estão presentes os planejamentos. Naquele devem estar indicadas as melhores sequências a serem utilizadas na redação; ele deve ser o mais enxuto possível.

Fonte de pesquisa:

[http://producao-de-textos.info/mos/view/Caracter%C3%ADsticas\\_e\\_Estruturas\\_do\\_Texto/](http://producao-de-textos.info/mos/view/Caracter%C3%ADsticas_e_Estruturas_do_Texto/)

### INFORMAÇÕES EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS

Texto:

*“Neto ainda está longe de se igualar a qualquer um desses craques (Rivelino, Ademir da Guia, Pedro Rocha e Pelé), mas ainda tem um longo caminho a trilhar (...).”*

**Veja São Paulo, 26/12/1990, p. 15.**

Esse texto diz explicitamente que:

- Rivelino, Ademir da Guia, Pedro Rocha e Pelé são craques;
- Neto não tem o mesmo nível desses craques;
- Neto tem muito tempo de carreira pela frente.

O texto deixa implícito que:

- Existe a possibilidade de Neto um dia aproximar-se dos craques citados;
- Esses craques são referência de alto nível em sua especialidade esportiva;
- Há uma oposição entre Neto e esses craques no que diz respeito ao tempo disponível para evoluir.

Todos os textos transmitem explicitamente certas informações, enquanto deixam outras implícitas. Por exemplo, o texto acima não explicita que existe a possibilidade de Neto se equiparar aos quatro futebolistas, mas a inclusão do advérbio ainda estabelece esse implícito. Não diz também com explicitude que há oposição entre Neto e os outros jogadores, sob o ponto de vista de contar com tempo para evoluir. A escolha do conector “mas” entre a segunda e a primeira oração só é possível levando em conta esse dado implícito. Como se vê, há mais significados num texto do que aqueles que aparecem explícitos na sua superfície. Leitura proficiente é aquela capaz de depreender tanto um tipo de significado quanto o outro, o que, em outras palavras, significa ler nas entrelinhas. Sem essa habilidade, o leitor passará por cima de significados importantes ou, o que é bem pior, concordará com ideias e pontos de vista que rejeitaria se os percebesse.

Os significados implícitos costumam ser classificados em duas categorias: os pressupostos e os subentendidos.

**Pressupostos:** são ideias implícitas que estão implicadas logicamente no sentido de certas palavras ou expressões explicitadas na superfície da frase. Exemplo:

*“André tornou-se um antitabagista convicto.”*

A informação explícita é que hoje André é um antitabagista convicto. Do sentido do verbo tornar-se, que significa “vir a ser”, decorre logicamente que antes André não era antitabagista convicto. Essa informação está pressuposta. Ninguém se torna algo que já era antes. Seria muito estranho dizer que a palmeira tornou-se um vegetal.

*“Eu ainda não conheço a Europa.”*

A informação explícita é que o enunciador não tem conhecimento do continente europeu. O advérbio ainda deixa pressuposta a possibilidade de ele um dia conhecê-la.

As informações explícitas podem ser questionadas pelo receptor, que pode ou não concordar com elas. Os pressupostos, porém, devem ser verdadeiros ou, pelo menos, admitidos como tais, porque esta é uma condição para garantir a continuidade do diálogo e também para fornecer fundamento às afirmações explícitas. Isso significa que, se o pressuposto é falso, a informação explícita não tem cabimento. Assim, por exemplo, se Maria não falta nunca a aula nenhuma, não tem

o menor sentido dizer “*Até Maria compareceu à aula de hoje*”. Até estabelece o pressuposto da inclusão de um elemento inesperado.

Na leitura, é muito importante detectar os pressupostos, pois eles são um recurso argumentativo que visa a levar o receptor a aceitar a orientação argumentativa do emissor. Ao introduzir uma ideia sob a forma de pressuposto, o enunciador pretende transformar seu interlocutor em cúmplice, pois a ideia implícita não é posta em discussão, e todos os argumentos explícitos só contribuem para confirmá-la. O pressuposto aprisiona o receptor no sistema de pensamento montado pelo enunciador.

A demonstração disso pode ser feita com as “verdades incontestáveis” que estão na base de muitos discursos políticos, como o que segue:

“*Quando o curso do rio São Francisco for mudado, será resolvido o problema da seca no Nordeste.*”

O enunciador estabelece o pressuposto de que é certa a mudança do curso do São Francisco e, por consequência, a solução do problema da seca no Nordeste. O diálogo não teria continuidade se um interlocutor não admitisse ou colocasse sob suspeita essa certeza. Em outros termos, haveria quebra da continuidade do diálogo se alguém interviesse com uma pergunta deste tipo:

“*Mas quem disse que é certa a mudança do curso do rio?*”

A aceitação do pressuposto estabelecido pelo emissor permite levar adiante o debate; sua negação compromete o diálogo, uma vez que destrói a base sobre a qual se constrói a argumentação, e daí nenhum argumento tem mais importância ou razão de ser. Com pressupostos distintos, o diálogo não é possível ou não tem sentido.

A mesma pergunta, feita para pessoas diferentes, pode ser embaraçosa ou não, dependendo do que está pressuposto em cada situação. Para alguém que não faz segredo sobre a mudança de emprego, não causa o menor embaraço uma pergunta como esta:

“*Como vai você no seu novo emprego?*”

O efeito da mesma pergunta seria catastrófico se ela se dirigisse a uma pessoa que conseguiu um segundo emprego e quer manter sigilo até decidir se abandona o anterior. O adjetivo novo estabelece o pressuposto de que o interrogado tem um emprego diferente do anterior.

### **Marcadores de Pressupostos**

- Adjetivos ou palavras similares modificadoras do substantivo

*Julinha foi minha primeira filha.*

“Primeira” pressupõe que tenho outras filhas e que as outras nasceram depois de Julinha.

*Destruíram a outra igreja do povoado.*

“Outra” pressupõe a existência de pelo menos uma igreja além da usada como referência.

- Certos verbos

*Renato continua doente.*

O verbo “continua” indica que Renato já estava doente no momento anterior ao presente.

*Nossos dicionários já aporuguesaram a palavra copydesk.*

O verbo “aporuguesar” estabelece o pressuposto de que copidesque não existia em português.

- Certos advérbios

*A produção automobilística brasileira está totalmente nas mãos das multinacionais.*

O advérbio totalmente pressupõe que não há no Brasil indústria automobilística nacional.

*Você conferiu o resultado da loteria?*

*Hoje não.*

A negação precedida de um advérbio de tempo de âmbito limitado estabelece o pressuposto de que apenas nesse intervalo (hoje) é que o interrogado não praticou o ato de conferir o resultado da loteria.

- Orações adjetivas

*Os brasileiros, que não se importam com a coletividade, só se preocupam com seu bemestar e, por isso, jogam lixo na rua, fecham os cruzamentos, etc.*

O pressuposto é que “todos” os brasileiros não se importam com a coletividade.

*Os brasileiros que não se importam com a coletividade só se preocupam com seu bemestar e, por isso, jogam lixo na rua, fecham os cruzamentos, etc.*

Nesse caso, o pressuposto é outro: “alguns” brasileiros não se importam com a coletividade.

No primeiro caso, a oração é explicativa; no segundo, é restritiva. As explicativas pressupõem que o que elas expressam se refere à totalidade dos elementos de um conjunto; as restritivas, que o que elas dizem concerne apenas a parte dos elementos de um conjunto. O produtor do texto escreverá uma restritiva ou uma explicativa segundo o pressuposto que quiser comunicar.

**Subentendidos:** são insinuações contidas em uma frase ou um grupo de frases. Suponhamos que uma pessoa estivesse em visita à casa de outra num dia de frio glacial e que uma janela, por onde entravam rajadas de vento, estivesse aberta. Se o visitante dissesse “*Que frio terrível!*”, poderia estar insinuando que a janela deveria ser fechada.

Há uma diferença capital entre o pressuposto e o subentendido. O primeiro é uma informação estabelecida como indiscutível tanto para o emissor quanto para o receptor, uma vez que decorre necessariamente do sentido de algum elemento linguístico colocado na frase. Ele pode ser negado, mas o emissor coloca implicitamente para



---

## **MATEMÁTICA/ RACIOCÍNIO LÓGICO**

---

**NÚMEROS REAIS: OPERAÇÕES**

**NÚMEROS REAIS**

O conjunto dos **números reais**  $R$  é uma expansão do conjunto dos números racionais que engloba não só os inteiros e os fracionários, positivos e negativos, mas também todos os números irracionais.

Os números reais são números usados para representar uma quantidade contínua (incluindo o zero e os negativos). Pode-se pensar num número real como uma fração decimal possivelmente infinita, como 3,141592(...). Os números reais têm uma correspondência biunívoca com os pontos de uma reta.

Denomina-se corpo dos números reais a coleção dos elementos pertencentes à conclusão dos racionais, formado pelo corpo de frações associado aos inteiros (números racionais) e a norma associada ao infinito.

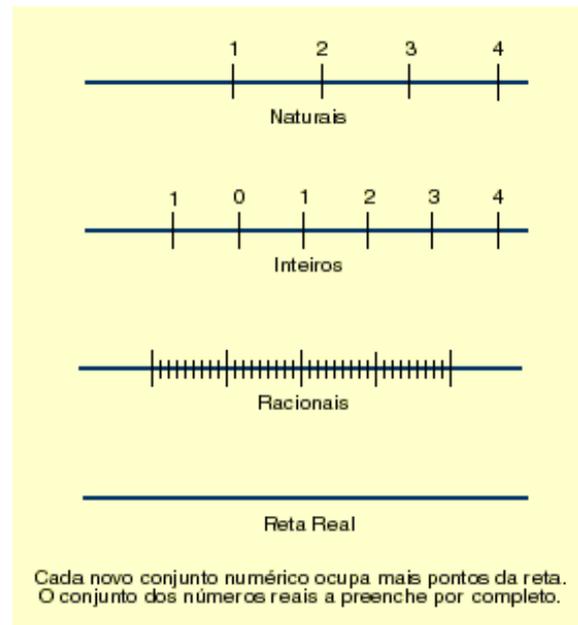
Existem também outras conclusões dos racionais, uma para cada número primo  $p$ , chamadas números p-ádicos. O corpo dos números p-ádicos é formado pelos racionais e a norma associada a  $p$ !

**Propriedade**

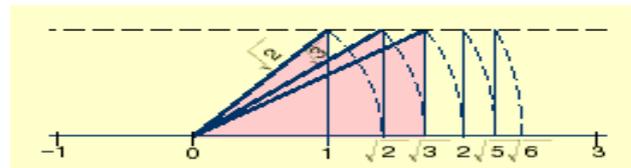
O conjunto dos números reais com as operações binárias de soma e produto e com a relação natural de ordem formam um corpo ordenado. Além das propriedades de um corpo ordenado,  $R$  tem a seguinte propriedade: Se  $R$  for dividido em dois conjuntos (uma partição)  $A$  e  $B$ , de modo que todo elemento de  $A$  é menor que todo elemento de  $B$ , então existe um elemento  $x$  que *separa* os dois conjuntos, ou seja,  $x$  é maior ou igual a todo elemento de  $A$  e menor ou igual a todo elemento de  $B$ .

$$\forall A, B, (R = A \cup B \wedge (\forall a \in A, b \in B, (a < b)) \Rightarrow (\exists x, (\forall a \in A, b \in B \Rightarrow a \leq x \leq b)))$$

Ao conjunto formado pelos números Irracionais e pelos números Racionais chamamos de conjunto dos números Reais. Ao unirmos o conjunto dos números Irracionais com o conjunto dos números Racionais, formando o conjunto dos números Reais, todas as distâncias representadas por eles sobre uma reta preenchem-na por completo; isto é, ocupam todos os seus pontos. Por isso, essa reta é denominada reta Real.



Podemos concluir que na representação dos números Reais sobre uma reta, dados uma origem e uma unidade, a cada ponto da reta corresponde um número Real e a cada número Real corresponde um ponto na reta.



**Ordenação dos números Reais**

A representação dos números Reais permite definir uma relação de ordem entre eles. Os números Reais positivos são maiores que zero e os negativos, menores. Expressamos a relação de ordem da seguinte maneira: Dados dois números Reais  $a$  e  $b$ ,

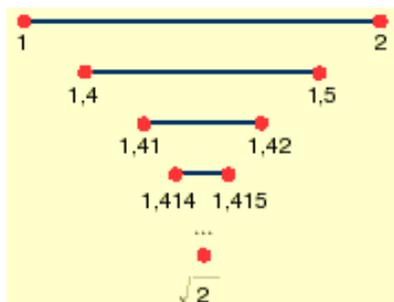
$$a \leq b \leftrightarrow b - a \geq 0$$

Exemplo:  $-15 \leq 5 \leftrightarrow 5 - (-15) \geq 0$   
 $5 + 15 \geq 0$

**Propriedades da relação de ordem**

- Reflexiva:  $a \leq a$
- Transitiva:  $a \leq b$  e  $b \leq c \rightarrow a \leq c$
- Anti-simétrica:  $a \leq b$  e  $b \leq a \rightarrow a = b$
- Ordem total:  $a < b$  ou  $b < a$  ou  $a = b$

**Expressão aproximada dos números Reais**



Os números Irracionais possuem infinitos algarismos decimais não-periódicos. As operações com esta classe de números sempre produzem erros quando não se utilizam todos os algarismos decimais. Por outro lado, é impossível utilizar todos eles nos cálculos. Por isso, somos obrigados a usar aproximações, isto é, cortamos o decimal em algum lugar e desprezamos os algarismos restantes. Os algarismos escolhidos serão uma aproximação do número Real. Observe como tomamos a aproximação de  $\sqrt{2}$  e do número nas tabelas.

	Aproximação por			
	Falta		Excesso	
Erro menor que	$\sqrt{2}$	$\pi$	$\sqrt{2}$	$\pi$
1 unidade	1	3	2	4
1 décimo	1,4	3,1	1,5	3,2
1 centésimo	1,41	3,14	1,42	3,15
1 milésimo	1,414	3,141	1,415	3,142
1 décimo de milésimo	1,4142	3,1415	1,4134	3,1416

**Operações com números Reais**

Operando com as aproximações, obtemos uma sucessão de intervalos fixos que determinam um número Real. É assim que vamos trabalhar as operações adição, subtração, multiplicação e divisão. Relacionamos, em seguida, uma série de recomendações úteis para operar com números Reais:

- Vamos tomar a aproximação por falta.
- Se quisermos ter uma ideia do erro cometido, escolhamos o mesmo número de casas decimais em ambos os números.
- Se utilizamos uma calculadora, devemos usar a aproximação máxima admitida pela máquina (o maior número de casas decimais).
- Quando operamos com números Reais, devemos fazer constar o erro de aproximação ou o número de casas decimais.
- É importante adquirirmos a ideia de aproximação em função da necessidade. Por exemplo, para desenhar o projeto de uma casa, basta tomar medidas com um erro de centésimo.

- Em geral, para obter uma aproximação de  $n$  casas decimais, devemos trabalhar com números Reais aproximados, isto é, com  $n + 1$  casas decimais.

Para colocar em prática o que foi exposto, vamos fazer as quatro operações indicadas: adição, subtração, multiplicação e divisão com dois números Irracionais.

$$\sqrt{2} = 1,41421 \dots$$

$$\sqrt{3} = 1,73205 \dots$$

**Valor Absoluto**

Como vimos, o erro pode ser:

- Por *excesso*: neste caso, consideramos o erro positivo.

- Por *falta*: neste caso, consideramos o erro negativo.

Quando o erro é dado sem sinal, diz-se que está dado em valor absoluto. O valor absoluto de um número  $a$  é designado por  $|a|$  e coincide com o número positivo, se for positivo, e com seu oposto, se for negativo.

Exemplo: Um livro nos custou 8,50 reais. Pagamos com uma nota de 10 reais. Se nos devolve 1,60 real de troco, o vendedor cometeu um erro de +10 centavos. Ao contrário, se nos devolve 1,40 real, o erro cometido é de 10 centavos.

Figura 8	APROXIMAÇÃO	POR EXCESSO	POR FALTA
Soma de números reais: $\sqrt{2} + \sqrt{3}$	$\sqrt{2}$	1,4143	1,4142
	$\sqrt{3}$	1,7321	1,7320
	$\sqrt{3} + \sqrt{2}$	3,1464	3,1462
	erro máximo	0,0002	0,0002
Subtração de números reais: $\sqrt{3} - \sqrt{2}$	$\sqrt{2}$	1,4143	1,4142
	$\sqrt{3}$	1,7321	1,7320
	$\sqrt{3} - \sqrt{2}$	0,3178	0,3178
	erro máximo	0,0000	0,0000
Multiplicação de números reais: $\sqrt{3} \times \sqrt{2}$	$\sqrt{2}$	1,4143	1,4142
	$\sqrt{3}$	1,7321	1,7320
	$\sqrt{3} \times \sqrt{2}$	2,4497	2,4493
	erro máximo	0,0004	0,0004
Divisão de números reais: $\sqrt{3} \div \sqrt{2}$	$\sqrt{2}$	1,4143	1,4142
	$\sqrt{3}$	1,7321	1,7320
	$\sqrt{3} \div \sqrt{2}$	1,2247	1,2247
	erro máximo	0,0000	0,0000

## QUESTÕES

**1 - (SABESP – APRENDIZ – FCC/2012)** Um comerciante tem 8 prateleiras em seu empório para organizar os produtos de limpeza. Adquiriu 100 caixas desses produtos com 20 unidades cada uma, sendo que a quantidade total de unidades compradas será distribuída igualmente entre essas prateleiras. Desse modo, cada prateleira receberá um número de unidades, desses produtos, igual a

- A) 40
- B) 50
- C) 100
- D) 160
- E) 250

**2 - (CÂMARA DE CANITAR/SP – RECEPCIONISTA – INDEC/2013)** Em uma banca de revistas existem um total de 870 exemplares dos mais variados temas. Metade das revistas é da editora A, dentre as demais, um terço são publicações antigas. Qual o número de exemplares que não são da Editora A e nem são antigas?

- A) 320
- B) 290
- C) 435
- D) 145

**3 - (TRT 6ª – TÉCNICO JUDICIÁRIO- ADMINISTRATIVA – FCC/2012)** Em uma praia chamava a atenção um catador de cocos (a água do coco já havia sido retirada). Ele só pegava cocos inteiros e agia da seguinte maneira: o primeiro coco ele coloca inteiro de um lado; o segundo ele dividia ao meio e colocava as metades em outro lado; o terceiro coco ele dividia em três partes iguais e colocava os terços de coco em um terceiro lugar, diferente dos outros lugares; o quarto coco ele dividia em quatro partes iguais e colocava os quartos de coco em um quarto lugar diferente dos outros lugares. No quinto coco agia como se fosse o primeiro coco e colocava inteiro de um lado, o seguinte dividia ao meio, o seguinte em três partes iguais, o seguinte em quatro partes iguais e seguia na sequência: inteiro, meios, três partes iguais, quatro partes iguais. Fez isso com exatamente 59 cocos quando alguém disse ao catador: eu quero três quintos dos seus terços de coco e metade dos seus quartos de coco. O catador consentiu e deu para a pessoa

- A) 52 pedaços de coco.
- B) 55 pedaços de coco.
- C) 59 pedaços de coco.
- D) 98 pedaços de coco.
- E) 101 pedaços de coco.

**4 - (UEM/PR – AUXILIAR OPERACIONAL – UEM/2014)** A mãe do Vitor fez um bolo e repartiu em 24 pedaços, todos de mesmo tamanho. A mãe e o pai comeram juntos,  $\frac{1}{4}$  do bolo. O Vitor e a sua irmã comeram, cada um deles,  $\frac{1}{4}$  do bolo. Quantos pedaços de bolo sobraram?

- A) 4
- B) 6
- C) 8
- D) 10
- E) 12

**5 - (UEM/PR – AUXILIAR OPERACIONAL – UEM/2014)** Paulo recebeu R\$1.000,00 de salário. Ele gastou  $\frac{1}{4}$  do salário com aluguel da casa e  $\frac{3}{5}$  do salário com outras despesas. Do salário que Paulo recebeu, quantos reais ainda restam?

- A) R\$ 120,00
- B) R\$ 150,00
- C) R\$ 180,00
- D) R\$ 210,00
- E) R\$ 240,00

**6 - (UFABC/SP – TECNÓLOGO-TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – VUNESP/2013)** Um jardineiro preencheu parcialmente, com água, 3 baldes com capacidade de 15 litros cada um. O primeiro balde foi preenchido com  $\frac{2}{3}$  de sua capacidade, o segundo com  $\frac{3}{5}$  da capacidade, e o terceiro, com um volume correspondente à média dos volumes dos outros dois baldes. A soma dos volumes de água nos três baldes, em litros, é

- A) 27.
- B) 27,5.
- C) 28.
- D) 28,5.
- E) 29.

**7 - (UFOP/MG – ADMINISTRADOR DE EDIFÍCIOS – UFOP/2013)** Uma pessoa caminha 5 minutos em ritmo normal e, em seguida, 2 minutos em ritmo acelerado e, assim, sucessivamente, sempre intercalando os ritmos da caminhada (5 minutos normais e 2 minutos acelerados). A caminhada foi iniciada em ritmo normal, e foi interrompida após 55 minutos do início.

O tempo que essa pessoa caminhou aceleradamente foi:

- A) 6 minutos
- B) 10 minutos
- C) 15 minutos
- D) 20 minutos

**8 - (PREF. IMARUÍ – AGENTE EDUCADOR – PREF. IMARUÍ/2014)** Sobre o conjunto dos números reais é CORRETO dizer:

- A) O conjunto dos números reais reúne somente os números racionais.
- B)  $\mathbb{R}^*$  é o conjunto dos números reais não negativos.
- C) Sendo  $A = \{-1,0\}$ , os elementos do conjunto A não são números reais.
- D) As dízimas não periódicas são números reais.

**9 - (TJ/SP - AUXILIAR DE SAÚDE JUDICIÁRIO - AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL – VUNESP/2013)** Para numerar as páginas de um livro, uma impressora gasta 0,001 mL por cada algarismo impresso. Por exemplo, para numerar as páginas 7, 58 e 290 gasta-se, respectivamente, 0,001 mL, 0,002 mL e 0,003 mL de tinta. O total de tinta que será gasto para numerar da página 1 até a página 1 000 de um livro, em mL, será

- A) 1,111.
- B) 2,003.
- C) 2,893.
- D) 1,003.
- E) 2,561.

**10 - (BNDES – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CESGRANRIO/2013)** Gilberto levava no bolso três moedas de R\$ 0,50, cinco de R\$ 0,10 e quatro de R\$ 0,25. Gilberto retirou do bolso oito dessas moedas, dando quatro para cada filho.

A diferença entre as quantias recebidas pelos dois filhos de Gilberto é de, no máximo,

- A) R\$ 0,45
- B) R\$ 0,90
- C) R\$ 1,10
- D) R\$ 1,15
- E) R\$ 1,35

**RESPOSTAS**

**1 - RESPOSTA: "E".**

Total de unidades:  $100 \cdot 20 = 2000$  unidades

$$\frac{2000}{8} = 250 \text{ unidades em cada prateleira.}$$

**2 - RESPOSTA: "B".**

editora A:  $870/2 = 435$  revistas

publicações antigas:  $435/3 = 145$  revistas

$$435 + 145 = 580$$

$$870 - 580 = 290$$

O número de exemplares que não são da Editora A e nem são antigas são 290.

**3 - RESPOSTA: "B".**

$$\frac{59}{4} = 14 \text{ resto } 3$$

14 vezes iguais

Coco inteiro: 14

Metades:  $14 \cdot 2 = 28$

Terça parte:  $14 \cdot 3 = 42$

Quarta parte:  $14 \cdot 4 = 56$

3 cocos: 1 coco inteiro, metade dos cocos, terça parte

Quantidade total

Coco inteiro:  $14 + 1 = 15$

Metades:  $28 + 2 = 30$

Terça parte:  $42 + 3 = 45$

Quarta parte :56

$$\frac{3}{5} \cdot 45 + \frac{1}{2} \cdot 56 = 27 + 28 = 55$$

**4 - RESPOSTA "B".**

$$\frac{1}{4} + \frac{1}{4} + \frac{1}{4} = \frac{3}{4}$$

Sobrou  $1/4$  do bolo.

$$24 \cdot \frac{1}{4} = 6 \text{ pedaços}$$

**5 - RESPOSTA: "B".**

$$\text{Aluguel: } 1000 \cdot \frac{1}{4} = 250$$

$$\text{Outras despesas: } 1000 \cdot \frac{3}{5} = 600$$

$$250 + 600 = 850$$

Restam :  $1000 - 850 = \text{R}\$150,00$

**6 - RESPOSTA: "D".**

Primeiro balde:

$$\frac{2}{3} \cdot 15 = 10 \text{ litros}$$

Segundo balde:

$$\frac{3}{5} \cdot 15 = 9 \text{ litros}$$

Terceiro balde:

$$\frac{10 + 9}{2} = 9,5 \text{ litros}$$

A soma dos volumes é :  $10 + 9 + 9,5 = 28,5$  litros

**7 - RESPOSTA: "C".**

A caminhada sempre vai ser 5 minutos e depois 2 minutos, então 7 minutos ao total.

Dividindo o total da caminhada pelo tempo, temos:

$$\frac{55}{7} = 7 \text{ e resta } 6$$

Assim, sabemos que a pessoa caminhou 7. (5 minutos + 2 minutos) + 6 minutos (5 minutos + 1 minuto)

Aceleradamente caminhou:  $(7 \cdot 2) + 1 \rightarrow 14 + 1 = 15$  minutos

**8 - RESPOSTA: "D".**

A) errada - O conjunto dos números reais tem os conjuntos: naturais, inteiros, racionais e irracionais.

B) errada -  $\mathbb{R}^*$  são os reais sem o zero.

C) errada - -1 e 0 são números reais.

**9 - RESPOSTA: “C”.**

1 a 9 =9 algarismos=0,001 · 9=0,009 ml

De 10 a 99, temos que saber quantos números tem.

99-10+1=90.

OBS: soma 1, pois quanto subtraímos exclui-se o primeiro número.

90 números de 2 algarismos: 0,002 · 90=0,18ml

De 100 a 999

999-100+1=900 números

900 · 0,003=2,7ml

1000=0,004ml

Somando: 0,009+0,18+2,7+0,004=2,893

**10 - RESPOSTA: “E”.**

Supondo que as quatro primeiras moedas sejam as 3 de R\$ 0,50 e 1 de R\$ 0,25(maiores valores).

Um filho receberia : 1,50+0,25=R\$1,75

E as outras quatro moedas sejam de menor valor: 4 de R\$ 0,10=R\$ 0,40.

A maior diferença seria de 1,75-0,40=1,35

Dica: sempre que fala a maior diferença tem que o maior valor possível – o menor valor.

**MÚLTIPLOS E DIVISORES**

**MÚLTIPLOS E DIVISORES**

**Múltiplos**

Dizemos que um número é múltiplo de outro quando o primeiro é resultado da multiplicação entre o segundo e algum número natural e o segundo, nesse caso, é divisor do primeiro. O que significa que existem dois números, x e y, tal que x é múltiplo de y se existir algum número natural n tal que:

$$x = y \cdot n$$

Se esse número existir, podemos dizer que y é um divisor de x e podemos escrever:  $x = n/y$

**Observações:**

- 1) Todo número natural é múltiplo de si mesmo.
- 2) Todo número natural é múltiplo de 1.
- 3) Todo número natural, diferente de zero, tem infinitos múltiplos.
- 4) O zero é múltiplo de qualquer número natural.
- 5) Os múltiplos do número 2 são chamados de números pares, e a fórmula geral desses números é  $2k$  ( $k \in \mathbb{N}$ ). Os demais são chamados de números ímpares, e a fórmula geral desses números é  $2k + 1$  ( $k \in \mathbb{N}$ ).
- 6) O mesmo se aplica para os números inteiros, tendo  $k \in \mathbb{Z}$ .

**Crítérios de divisibilidade**

São regras práticas que nos possibilitam dizer se um número é ou não divisível por outro, sem que seja necessário efetuarmos a divisão. No quadro abaixo temos um resumo de alguns dos critérios:



(Fonte: <https://www.guiadamatematica.com.br/criterios-de-divisibilidade/> - reeditado)

**Vale ressaltar a divisibilidade por 7:** Um número é divisível por 7 quando o último algarismo do número, multiplicado por 2, subtraído do número sem o algarismo, resulta em um número múltiplo de 7. Neste, o processo será repetido a fim de diminuir a quantidade de algarismos a serem analisados quanto à divisibilidade por 7.

**Outros critérios**

**Divisibilidade por 12:** Um número é divisível por 12 quando é divisível por 3 e por 4 ao mesmo tempo.

**Divisibilidade por 15:** Um número é divisível por 15 quando é divisível por 3 e por 5 ao mesmo tempo.

**Fatoração numérica**

Trata-se de decompor o número em fatores primos. Para decompor este número natural em fatores primos, dividimos o mesmo pelo seu menor divisor primo, após pegamos o quociente e dividimos o pelo seu menor divisor, e assim sucessivamente até obtermos o quociente 1. O produto de todos os fatores primos representa o número fatorado. Exemplo:



---

# CONHECIMENTOS GERAIS

---

**ASPECTOS CULTURAIS, SOCIAIS, HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU E DO ESTADO DO PARANÁ.**

**Foz do Iguaçu**

**História da Cidade**

Pesquisas arqueológicas realizadas pela Universidade Federal do Paraná no espaço brasileiro do reservatório de Itaipu, antes de sua formação, situaram em 6.000 a.C. os vestígios da mais remota presença humana na região; vários grupos humanos sucederam-se ao longo dos séculos. Os últimos que precederam os europeus (espanhóis e portugueses) foram os índios.

Em 1542, o espanhol Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca chegou ao rio Iguaçu e por ele seguiu guiado por índios Cainganges, atingindo as Cataratas e ficando o registro de que foi o “descobridor” das quedas.

Em 1881, Foz do Iguaçu recebeu seus dois primeiros habitantes, o brasileiro Pedro Martins da Silva e o espanhol Manuel Gonzáles. Pouco depois chegaram os irmãos Goycochéa, que começaram a explorar a erva-mate. Oito anos após, foi fundada a colônia militar na fronteira - marco do início da ocupação efetiva do lugar por brasileiros e do que viria a ser o município de Foz do Iguaçu.

Em 22 de novembro de 1889, o Tenente Antonio Batista da Costa Júnior e o Sargento José Maria de Brito fundaram a Colônia Militar, que tinha competência para distribuir terrenos a colonos interessados.

Nos primeiros anos do século XX, a população de Foz do Iguaçu chegou a aproximadamente 2.000 pessoas e o vilarejo dispunha de uma hospedaria, quatro mercearias, um rústico quartel militar, mesa de rendas e estação telegráfica, engenhos de açúcar e cachaça e uma agricultura de subsistência.

Em 1910, a Colônia Militar passou à condição de “Vila Iguassu”, distrito do Município de Guarapuava. Dois anos depois, o Ministro da Guerra emancipou a Colônia, tornando-a um povoamento civil entregue aos cuidados do governo do Paraná, que criou então a Coletoria Estadual da Vila.

Em 14 de março de 1914, pela Lei 1383, foi criado o Município de Vila Iguaçu, instalado efetivamente no dia 10 de junho do mesmo ano, com a posse do primeiro prefeito, Jorge Schimmelpfeng, e da primeira Câmara de Vereadores. O município passou a denominar-se “Foz do Iguaçu”, em 1918.

A estrada que liga Foz do Iguaçu a Curitiba tomou sua primeira forma em 1920; era uma estrada precária, cheia de obstáculos. Na segunda metade da década de 50, iniciou-se o asfaltamento da estrada que cortaria o Paraná de leste a oeste, ligando Foz do Iguaçu à Paranaguá, sendo inaugurada em 1969.

A história do Parque Nacional começa no ano de 1916, com a passagem por Foz do Iguaçu de Alberto Santos Dumont, o “Pai da Aviação”, seu legítimo “fundador”. Aquela área pertencia ao uruguaio Jesus Val. Santos Dumont

intercedeu junto ao Presidente do Estado do Paraná, Afonso Alves de Camargo, para que fosse desapropriada e tornada patrimônio público, sendo declarada de utilidade pública no mesmo ano. Em 1939 foi criado o Parque Nacional do Iguaçu.

Com a inauguração da Ponte Internacional da Amizade (Brasil - Paraguai) em 1965 e inauguração da BR-277, ligando Foz do Iguaçu à Curitiba e ao litoral, em 1969, Foz do Iguaçu teve seu desenvolvimento acelerado, intensificando seu comércio, principalmente com a cidade paraguaia de Puerto Presidente Stroessner (atual Ciudad del Este).

A construção da Hidrelétrica de Itaipu (Brasil - Paraguai), iniciada na década de 70, causou fortes impactos em toda a região, aumentando consideravelmente o contingente populacional de Foz do Iguaçu. Em 1960, o município contava com 28.080 habitantes e, em 1970, com 33.970, passando a ter, em 1980, 136.320 habitantes e registrando um crescimento de 385%, estimando-se hoje uma população de 255.900 habitantes.

**Formação Administrativa**

Distrito criado com a denominação de Iguassu, pela Lei Estadual n.º 971, de 09-04-1910, subordinado ao município de Guarapuava.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Iguassu figura no município de Guarapuava.

Elevado à categoria de vila com a denominação de Iguassu, pela Lei Estadual n.º 1.383, de 14-03-1914, desmembrado de Guarapuava. Sede da antiga colônia de Foz de Iguassu. Constituído do distrito sede. Instalado em 10-06-1914.

Elevado à condição de cidade, com a denominação de Foz do Iguaçu, pela Lei Estadual n.º 1.658, de 03-03-1917.

Nos quadros de apuração do recenseamento geral de I-IX-1920, o município é constituído de 3 distritos: Foz do Iguassu, Artaza e Guaíra.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído do distrito sede.

Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, o município é constituído de 2 distritos: Foz do Iguaçu e Guaíra.

Pelo Decreto-lei Estadual n.º 7.573, de 20-10-1938, o distrito de Guaíra foi extinto, sendo seu território anexado ao distrito sede do município de Foz do Iguaçu. Sob a mesma lei é criado o distrito de Cascavel.

No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 2 distritos: Foz do Iguaçu e Cascavel.

Pelo ato das Disposições Constitucionais Transitórias promulgada em 18-09-1946 (art. 8º), foi extinto o território do Iguaçu, sendo que pelo Decreto-lei Estadual n.º 533, de 21-11-1946, foram restabelecidos o município e comarca de Foz do Iguaçu nesse Estado.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o município é constituído de 2 distritos: Foz do Iguaçu e Cascavel.

Pela Lei Estadual n.º 790, de 14-11-1951, desmembra do município Foz do Iguaçu o distrito de Cascavel. Elevado à categoria de município.

Pela Lei Municipal n.º 99, de 31-07-1953, foram criados os distritos de Gaúcha (ex-povoado de São Miguel do Iguaçu), Matelândia e Medianeira, todos anexados ao município de Foz do Iguaçu.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1955, o município é constituído de 4 distritos: Foz do Iguaçu, Gaúcha, Matelândia e Medianeira.

Pela Lei Municipal n.º 230, de 29-10-1959, foram criados os distritos de Céu Azul e Santa Terezinha e anexados ao município de Foz do Iguaçu.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído de 6 distritos: Foz do Iguaçu, Céu Azul, Gaúcha, Matelândia, Medianeira e Santa Terezinha.

Pela Lei Estadual n.º 4.245, de 25-07-1960, desmembra do município de Foz do Iguaçu, os distritos de Matelândia e Medianeira, elevando-os à categoria de município. Pela mesma lei acima citada, desmembra o distrito de Céu Azul, para constituir o novo município de Matelândia.

Pela Lei Estadual n.º 4.338, de 25-01-1961, desmembra do município de Foz do Iguaçu, o distrito de São Miguel do Iguaçu (ex-Gaúcha). Elevado à categoria de município.

Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 3 distritos: Foz do Iguaçu, Céu Azul e Santa Terezinha.

Pela Lei Municipal n.º 431, de 01-01-1965, é criado o distrito de Alvorada do Iguaçu e anexado ao município de Foz de Iguaçu.

Em divisão territorial datada de 1-I-1979, o município é constituído de 3 distritos: Foz de Iguaçu, Alvorada de Iguaçu e Santa Terezinha.

Pela Lei Estadual n.º 7572, de 03-05-1982, desmembra do município de Foz de Iguaçu o distrito de Santa Terezinha. Elevado à categoria do município com a denominação de Santa Terezinha de Itaipu.

Em divisão territorial datada de 1988, o município é constituído de 2 distritos: Foz de Iguaçu e Alvorada de Iguaçu.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

## **Cronologia Histórica do Município**

### **Introdução Histórica**

O nome do município é de origem guarani podendo ser decomposto, na sua grafia primitiva – ù (água, rio) e wa'su (grande), portanto rio caudaloso. (fonte: Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa, de José Pedro Machado). Por estar situado na confluência dos rios Paraná e Iguaçu, recebeu o nome de Foz do Iguaçu.

Seus habitantes são designados usualmente pelo genéfilo iguaçuense.

A região de Foz do Iguaçu foi descoberta pelo homem branco em 1542, através da expedição colonizadora de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, capitão espanhol guiado por índios guaranis. A expedição partiu da costa Santa Catarina em direção a Assunção, atravessando este Estado de leste a oeste até o Rio Paraná, tendo então descoberto as Cataratas, que batizou com o nome de "Cachoeiras de Santa Maria".

Até 1881 eram os índios Caingangues os senhores das terras onde seria localizado, mas tarde, o município de Foz do Iguaçu. Data desse ano, também a fixação dos primeiros moradores da região: Pedro Martins e Manoel Gonzales.

A partir de 1881 a ocupação da região ocorreu de forma bastante irregular e precária, tendo como única frente de expansão a cidade de Guarapuava. Este ciclo de ocupação da região caracterizava-se pela extração da erva-mate e pelo corte predatório da madeira nas grandes propriedades. Não havia interesse na fixação definitiva nas terras da região, pois esta forma de exploração predatória obrigava os trabalhadores e sucessivas mudanças em busca de novas frentes de trabalho em outras terras.

O povoamento regular e definitivo da região por habitantes nacionais começou com a instalação da "Colônia Militar do Iguaçu em 1888, tendo como objetivo tomar posse da região e conter o domínio dos países vizinhos. Nessa época, a produção da erva-mate e da madeira escoava para Guaíra, onde havia estrada de ferro para São Paulo.

Em 09 de abril de 1910, a Colônia Militar passou à condição de distrito do município de Guarapuava. A 14 de março de 1914 foi criado oficialmente o Município do Iguaçu, instalado a 10 de junho do mesmo ano.

Desde essa época foram chegado novos colonizadores, principalmente os imigrantes europeus, na sua maioria alemães e italianos, que asseguravam sua fonte de renda através da produção da erva-mate e do corte da madeira.

A partir de 1930 foram chegando os primeiros agricultores do Rio Grande do Sul, dando início a um novo ciclo de ocupação com a instalação da agricultura na região do extremo-oeste paranaense e conseqüente expansão da fronteira. No início, a estrutura fundiária era baseada na pequena propriedade e, muitas vezes, era apenas de subsistência.

A implantação do sistema viário, ainda que precário, permitiu a dinamização da agricultura, favorecendo a comercialização do excedente agrícola e incentivando o aumento da produção de culturas extensivas de grãos com vistas à exportação. Como reflexos destes fatos associados, temos um aumento na demanda por bens manufaturados com conseqüente crescimento no número de estabelecimento comerciais.

A conclusão da rodovia BR-277 (1969) e a integração do Município ao Sistema Estadual de Telecomunicação, bem como a construção do Aeroporto Internacional marcam este novo período. Este fase de desenvolvimento do Município é marcada ainda pela criação do Parque Nacional do Iguaçu (1939), que potencializou um aumento na importância do turismo para a economia local, pelo desmembramento de São Miguel do Iguaçu (1962) e pela inauguração da Ponte Internacional da Amizade (1965), que intensificou o comércio de Foz do Iguaçu com a cidade paraguaia de Puerto Presidente Stroessner (atual Ciudad del Este).

O final deste ciclo se caracteriza também pela consolidação da economia do setor terciário, que no Município passou a ter uma participação cada vez maior na geração de renda e na absorção de mão-de-obra. Neste período a

base econômica municipal deva-se em funções urbanas diversificadas e direcionadas ao atendimento dos fluxos turísticos.

A partir de 1974, começa definido o novo ciclo de desenvolvimento do Município, intimamente ligado à implantação da usina Hidrelétrica de Itaipu. A construção da Hidrelétrica causou forte impactos em toda a região do extremo-oeste do Paraná, principalmente em Foz do Iguaçu, em virtude do canteiro de obras da usina situado no Município.

Nesta fase do desenvolvimento da cidade, a construção da Hidrelétrica passa a ser um forte fator de atração de correntes migratórias, trazendo, além de contingentes populacionais de outras partes do Estado, principalmente trabalhadores e seus familiares de São Paulo, Minas Gerais, e Rio Grande do Sul.

A construção da hidrelétrica de Itaipu empregou um contingente de mão-de-obra que, no ápice de sua construção, atingiu cerca de 40.000 trabalhadores.

Foz do Iguaçu, segundo dados do IBGE, contava em 1970 com 33.966 habitantes e passou a ter, 136.321 em 1980. Se comparada à população de 1960 (28.212 habitantes), registrou-se um crescimento de 383% no total da população do Município em apenas 20 anos.

Todo esse crescimento trouxe grandes transformações no quadro urbano do Município, acarretando elevação na demanda por serviços públicos e privados, quer tenha esta origem nas necessidades para a construção da obra em si, quer tenha relação com a satisfação das necessidades dos trabalhadores e suas famílias, atraídas pela oferta de emprego.

Ainda nesse ciclo, simultaneamente a esse desenvolvimento ligado, direta ou indiretamente, à construção de Itaipu, a partir de meados da década de 80, percebe-se um crescimento na importância das transações entre Brasil e Paraguai, principalmente para Foz do Iguaçu e Ciudad del Este.

Nesse período, verificou-se uma ampliação na importância do "turismo de compras" e do comércio atacadista exportador para a região fronteiriça. Notou-se uma significativa elevação na demanda de produtos eletro-eletrônicos, por parte dos compristas brasileiros. Isso determinou o direcionamento de maiores investimentos dos comerciantes instalados no Paraguai, principalmente de origem árabe e asiática, nas estrutura comercial de Ciudad del Este. No lado brasileiro da fronteira, observou-se um aumento no número de turista que chegavam a Foz do Iguaçu com o objetivo de fazer compras no Paraguai. Esse turismo, ao qual se convencionou chamar de "turismo de compras", ainda hoje, assume uma parte da economia local, pois movimentam hotéis, restaurante, lanchonetes, agências de turismo e outras prestadoras de serviços, bem como absorve parte dos trabalhadores do Município.

Outro aspecto merecedor de análise é a importância do setor exportador para a economia local. Como o país vizinho, Paraguai, não possui bens de consumo (duráveis e não duráveis) em quantidade e qualidade suficientes para atender sua demanda, nosso comércio exportador se beneficiou desse mercado vendendo aquele país diversos

produtos, principalmente alimentícios, de vestuário, eletrodomésticos e para a construção civil. Evidentemente isso determinou um aumento na oferta de empregos e na renda local.

Assim, contrariando a tese de que com a conclusão das obras da Hidrelétrica a maior parte dos trabalhadores de Itaipu partiriam em busca de outras obras similares, notou-se a fixação da maior parte daquelas pessoas e de suas famílias em Foz do Iguaçu. Estas passaram a desenvolver funções relacionadas, cada vez mais, ao turismo de compras, ao comércio atacadista exportador e outras atividades legadas ao setor terceário.

Com o término das obras e início do funcionamento de Itaipu, intensificou-se o comércio de exportação e turismo de compras com o Paraguai. Esses fatores são constituintes em função de uma conjuntura econômica iniciada por crises e transformações no Brasil.

Esses fatores, causaram intenso movimento migratório para o Município, originando a partir desse período, grandes invasões em áreas públicas e privadas. As famílias eram atraídas pela localização fronteiriça de Foz do Iguaçu com o grande comércio aberto de Ciudad del Este (Paraguai).

Acentua o agravamento da situação econômica e das políticas do município, pois o impacto econômico sobre Foz do Iguaçu fez desaparecer, grande parte do setor exportador e reduzir significativamente o turismo de compras e a ocupação de estabelecimentos hoteleiros não classificados.

O agravamento da situação social do Município com o crescente desemprego e o desenvolvimento de uma economia informal acarretou um aumento do favelamento urbano, nas dificuldades dos setores sociais e especialmente nas áreas de educação, saúde e segurança pública.

Nesta fase, a abertura de postos de trabalhos não acompanha o mesmo ritmo do crescimento populacional que, entrando em idade economicamente ativa, não consegue nenhuma colocação no mercado, acrescentando-se que o fator migratório torna esse fato ainda mais crítico. O desaparecimento do turismo de compras possibilita a dispensa de trabalhadores informais tanto na cidade, como em Ciudad del Este, contribuindo para o agravamento aqui instalado, principalmente no tocante ao principal problema urbano da cidade, o desemprego.

Entretanto, Foz do Iguaçu goza das vantagens de sua localização estratégica no Mercosul, possuindo perspectivas otimistas de crescimento econômico, com a atração de novos investimentos e consolidação de empresas que poderão usufruir desse nicho de mercado, até então pouco ou informalmente explorado.

A expansão de cursos superiores na cidade, além do fator de atração de jovens e profissionais especializados, possibilita também a constituição de um pólo tecnológico, referencial para os novos momentos que estamos vivendo.

#### **Cronologia Histórica do Município:**

- 1542 - Chegada à região da expedição colonizadora de Alvar Nuñez Cabeza, que descobre as cataratas e as batiza com o nome de "Cachoeiras de Santa Maria".

- 1609 - São enviadas Bandeiras conquistadoras e povoadas, que asseguram aos brasileiros o domínio da região oeste.

- 1765 - O Conde Oeyras Pombal solicita ao Capitão-General de São Paulo, ordens e instruções para fundar estabelecimento militar na fronteira com o Paraguai, em território hoje paranaense.

- 1853 - 20/08 – Pela Lei Imperial separa da Província de São Paulo o Paraná.

- 1881 - A região é ocupada com a fixação dos primeiros moradores, Pedro Martins da Silva e Manoel Gonzales.

- 1888 - Criação de uma Comissão Estratégica, nomeada pelo Ministério da Guerra e chefiada pelo então Capitão Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo, Engenheiro Militar, tendo estabelecido sua sede na cidade de Guarapuava, ponto que mais se aproximava do centro e perímetro em que a mesma Comissão teria de operar seus trabalhos. Dentre os 14 oficiais que faziam parte da Comissão, foi escolhido para o cometimento da descoberta de Foz do Iguaçu o 2º Tenente José Joaquim Firmino, também engenheiro militar, tendo como principais encargos, construir estradas estratégicas descobrir a Foz do Iguaçu e fundar uma Colônia Militar.

- 1888 - O historiador Romário Martins (1) relaciona, por nacionalidade a população da região de Foz do Iguaçu, encontrada em 1888; 188 paraguaios, 93 brasileiros, 33 argentinos, 05 franceses, 02 uruguaios, 02 orientais e 01 inglês, perfazendo um total de 324 pessoas, além dos índios caingangues.

- 1889 - A expedição voltou a Guarapuava em agosto e Joaquim José Firmino dividiu o território em dois distritos e nomeou 02 inspetores: Feliciano Araujo e Pedro Martins, sendo que quando a expedição retornou a Foz do Iguaçu, o Tenente Antônio Baptista, afixou editais avisando que naquela data iniciava-se os trabalhos de fundação da colônia, bem como tinha competência para conceder lotes de acordo com a lei para matricular como colonos.

- 1889 - Com a Proclamação da República no dia 15/11, até então Província passa a Estado do Paraná tendo no dia 16/11 o 1º Governador tomou posse.

- 1892 - A colônia Militar de Foz do Iguaçu desmembrou-se da comissão Estratégica do Paraná, que passou a ter apenas o encargo da construção de estradas até as respectivas colônias.

- 1897 - Edmundo de Barros, militar e escritor goiano, levantou a planta dos Saltos das Cataratas, detalhada e organizou vasto plano de um parque a ser construído na margem brasileira, em frente à monumental cachoeira

- 1897 - Instalação da Agência Fiscal, sendo chefiada pelo Capitão Lindolfo de Siqueira Bastos.

- 1903 - 20 de julho: Inauguração do Marco Brasileiro e do Argentino na confluência dos rios Paraná e Iguaçu.

- 1905 - Foi instalada a Mesa de Rendas, Repartição Fiscal do Ministério da Fazenda, pelo poeta e jornalista Silveira Netto.

- 1906 - Foi criado o Distrito Policial e instalada a linha telegráfica ligando Foz do Iguaçu a Guarapuava.

- 1910 - Pela Lei nº 971, de 09 de abril, a Colônia Militar passou à condição de Distrito do Município de Guarapuava, denominada Vila Iguaçu.

- 1912 - A Colônia Militar foi extinta e a Vila Iguaçu emancipada do Ministério de Guerra. Transformou-se de praça de guerra em povoação civil, entregue aos cuidados dos seus próprios cidadãos.

- 1914 - Pela Lei nº 1383, de 14 de março, é criado o Município de Vila Iguaçu, instalado em 10 de junho, tendo como primeiro Prefeito o Coronel Jorge Schimmelpfeng.

- 1915 - 15 de novembro: Inauguração do primeiro hotel em Vila Iguassu, denominado Hotel Brasil, de propriedade do Sr. Frederico Engel, situado na Avenida Brasil, onde atualmente encontra-se o Banco HSBC.

- 1916 - 24 de abril: Alberto Santos Dumont visita o Município de Vila Iguassu, fica hospedado no Hotel Brasil e conhece as Cataratas.

- 1916 - 28 de julho: O Estado do Paraná, através do Decreto nº 653, declara a área de 1008 ha ao lado dos Saltos de Santa Maria, na margem direita do rio Iguaçu, como de utilidade pública, para nele se instalarem uma povoação e um Parque.

- 1916 - O Prefeito Jorge Schimmelpfeng doou o terreno para construção da igreja matriz que recebeu o nome de São João Batista, em virtude da doação da imagem do Santo.

- 1917 - O Município de Vila Iguassu é elevado a Comarca do Iguaçu.

- 1918 - Foz do Iguaçu recebeu o primeiro padre que permaneceu na cidade.

- 1918 - Pela Lei Estadual nº 1783, de abril, o Município de Vila Iguaçu passou a denominar-se Município de Foz do Iguaçu.

- 1918 - Iniciou-se a construção do Hotel das Cataratas que no época chamou-se de hotel Cassino.

- 1918 - Edição do primeiro Jornal, pelo Sr. Moisés Santiago Bertoni.

- 1920 - Inauguração da estrada que ligava Foz do Iguaçu a Guarapuava, pelo então Presidente do Estado do Paraná Afonso Alves de Camargo.

- 1928 - Foi fundado o 1º clube social de Foz do Iguaçu, o Oeste Paraná Clube.

- 1928 - Inaugurado o primeiro grupo escolar do Município, Grupo Escolar Bartolomeu Mitre, sendo o diretor o Padre Monsenhor Guilherme.

- 1931 - O Decreto nº 2153, ampliava a área reservada no Município de 1008 hectares para 33.519.040 metros quadrados.

- 1933 - Foi criada a Delegacia da Capitânia dos Portos do rio Paraná.

- 1934 - Chegada em Foz do Iguaçu o 1º médico civil, Dr. Dirceu Lopes, que atendia os pacientes numa sala cedida pela Prefeitura.

- 1935 - Inauguração oficial do 1º campo de pouso de Foz do Iguaçu, que se localizava onde atualmente encontra-se o clube Gresfi e aterrizou o primeiro avião.

- 1936 - Foi inaugurado uma linha de Correio Aéreo Nacional, para o oeste paranaense.

- 1936 - Projetada a construção do Hotel Iguaçu, pelo Engenheiro Chefe da Seção Técnico do Departamento de Obras e Viação, Raul Mesquita. Sua construção foi executada de 1938 até 1939, pelo Cia Nacional S/A do Rio Janeiro.

- 1938 - Em terreno cedido pelo Município de Foz do Iguaçu, o governo Estadual entrega novo prédio ao governo da cidade (Prefeitura, onde atualmente funciona a sede, juntamente com a Câmara Municipal que exercia suas atividades no 2º pavimento), Serviço de Justiça (Fórum) e Arrecadação Estadual (Coletoria).

- 1939 - É criado o Parque Nacional do Iguaçu através do Dec. Federal n 1.035.

- 1943 - Pelo Decreto nº 5.812, de 13 de setembro, Foz do Iguaçu passa a fazer parte do Território Federal do Iguaçu, tendo como capital Laranjeiras do Sul, sendo o Governador o Sr. Major Frederico Trotta.

- 1944 - O Presidente da República Getúlio Dornelles Vargas, visitou a cidade, onde foi oferecido uma solene recepção com baile no salão do Oeste Paraná Clube.

- 1945 - Entrou em atividade a Agência do Banco do Brasil, a 1ª agência bancária do Município.

- 1945 - A 1ª empresa de ônibus de Foz do Iguaçu, chamava-se Oeste Paraná.

- 1946 - Pela Constituição de 18 de setembro, o território volta a integrar o Estado do Paraná.

- 1947 - As Irmãs da caridade de São Vicente de Paula, chegaram na cidade e construíram Instituto São José.

- 1951 - Foi fundada a ACIFI- Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu, sendo a sua primeira diretoria composta pelos Sr. Pedro Basso, Augusto Araújo, Eurides José da Silva e André Comi.

- 1953 - Fundado o primeiro Jornal de Foz do Iguaçu, chamado "A Notícia", pelo Sr. João Lobato da Mota Machado com uma tiragem de 1000 exemplares.

- 1953 - A primeira Rádio da região passa a transmitir sua programação, chamada Rádio Cultura de Foz do Iguaçu e o primeiro locutor foi Manoel Orfanaki, conhecido como MANÚ, foi também o criador do Brasão do Município, hoje alterado pela Lei 2.394.

- 1956 - Criada comissão especial para construção da Ponte Brasil/Paraguai, chefiada pelo engenheiro Almir França, através do Decreto nº 40350, do DNER, neste mesmo ano foi lançada a pedra fundamental da Ponte da Amizade, pelos Presidentes Juscelino Kubitschek e Alfredo Stroessner.

- 1962 - O Município de São Miguel do Iguaçu se desmembra de Foz do Iguaçu.

- 1965 - Inauguração da Ponte da Amizade sobre o rio Paraná, ligando o Brasil (Foz do Iguaçu) ao Paraguai (Cuidad del Este).

- 1966 - É assinada a Ata do Iguaçu em 22 de junho pelos chanceleres do Brasil e do Paraguai, nascendo Itaipu, para utilização do potencial hidráulico do rio Paraná, em condomínio dos dois países, incluindo o Salto Grande de Sete Quedas até Foz do Iguaçu.

- 1967 - Em 12 de fevereiro é firmado o convênio entre Brasil e Paraguai para criação de uma comissão mista técnica, com finalidade de realizar estudo e levantamento das possibilidades econômicas do potencial hidráulico do rio Paraná.

- 1968 - Foz do Iguaçu passa a integrar a área de Segurança Nacional, e seus prefeitos passam a ser nomeados pelo Governo do Estado com anuência do Presidente da República.

- 1969 - 27 de março: Entregue ao tráfego comum a Br. 277, pelos Presidentes Costa e Silva, do Brasil e Alfredo Stroessner, do Paraguai.

- 1970 - Inauguração do Aeroporto Internacional, situado na Avenida das Cataratas, chamada de "eras dos vôos dos grandes aviões".

- 1970 - Em 10 de abril, é firmado um Convênio de cooperação entre o Brasil e Paraguai para um estudo conjunto que estabelecerá as condições para avaliação das possibilidades técnicas-econômicas do Projeto Itaipu.

- 1971 - Em 30 de junho é assinada a Declaração de Assunção, sobre o aproveitamento internacional do Rio Paraná.

- 1971 - Teve início a realização da pesca Internacional do Dourado, peixe encontrado no rio Paraná e Iguaçu.

- 1973 - Em 26 de abril, é firmado pelos Presidentes Emílio Garrastazu Medici, do Brasil e Alfredo Stroessner, do Paraguai, Tratado de Itaipu.

- 1974 - Em 17 de maio, em reunião solene na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, na presença dos Presidentes Ernesto Geisel e Alfredo Stroessner, é dada posse aos membros do Conselho de Administração da Itaipu Binacional.

- 1976 - Em 25 de agosto, é criada a Companhia Melhoramento Cataratas do Iguaçu, responsável pela construção e administração do Centro de Convenção e Eventos de Foz do Iguaçu.

- 1977 - Em 20 de abril, pela Lei Municipal nº 935, é criada a FUNEFI – Fundação Educacional de Foz do Iguaçu, para implantação do ensino superior.

- 1977 - Em 17 de maio, é assinado na cidade de Presidente "Stroessner (Paraguai), o contrato nº 270/77 de execução por empreitada da construção de obras civis relativas a barragem de concreto: casa de força e vertedouro da Hidrelétrica de Itaipu.

- 1977 - Em 07 de setembro é inaugurada a sede própria da ACIFI - Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu, fundada em 09 de junho de 1951.

- 1977 - Em comemoração ao aniversário do Município (10/06) deu-se início anualmente a Feira de Artesanato e Alimentos – FARTAL.

- 1978 - Em 1º de fevereiro entrou em funcionamento a Central de Abastecimento de Foz do Iguaçu – CEASA.

- 1978 - Em 26 de agosto, é criada a diocese de Foz do Iguaçu.

- 1978 - Em 20 de outubro, às 11:15 horas, na presença dos Presidentes Ernesto Geisel e Alfredo Stroessner, 56 toneladas de explosivos desmontaram os diques de montante e jusante, permitindo que o caudaloso rio Paraná, um dos maiores do mundo, fosse deslocado para o canal de desvio.

- 1979 - No início desse exercício, brasileiros e argentinos criaram uma comissão Binacional pró-construção de uma ponte ligando o Brasil (Foz do Iguaçu) à Argentina (Puerto Iguazú).

- 1979 - Em 31 de março, é inaugurada a COART – Cooperativa de Artesanato da Região oeste e Sudoeste do Paraná.



---

# CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

---

**LEI DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL.****LEI DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL: LEI Nº 7498, DE 1986****Lei do Exercício Profissional**

A Lei do Exercício profissional salienta as especificidades quanto as classes na área da enfermagem, o que cada um pode e deve fazer ou participar dentro de uma equipe.

Costuma ser cobrado em concursos ações privativas dos profissionais e ações cotidianas onde eles são inseridos na equipe.

O Decreto 94.406/1987 regulamenta a Lei 7.498/1986 (Lei do Exercício Profissional)

*Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências.*

O presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – É livre o exercício da Enfermagem em todo o território nacional, observadas as disposições desta Lei.

Art. 2º – A Enfermagem e suas atividades Auxiliares somente podem ser exercidas por pessoas legalmente habilitadas e inscritas no Conselho Regional de Enfermagem com jurisdição na área onde ocorre o exercício.

Parágrafo único. A Enfermagem é exercida privativamente pelo Enfermeiro, pelo Técnico de Enfermagem, pelo Auxiliar de Enfermagem e pela Parteira, respeitados os respectivos graus de habilitação.

Art. 3º – O planejamento e a programação das instituições e serviços de saúde incluem planejamento e programação de Enfermagem.

Art. 4º – A programação de Enfermagem inclui a prescrição da assistência de Enfermagem.

Art. 5º – (vetado)

§ 1º (vetado)

§ 2º (vetado)

Art. 6º – São enfermeiros:

I – o titular do diploma de enfermeiro conferido por instituição de ensino, nos termos da lei;

II – o titular do diploma ou certificado de obstetriz ou de enfermeira obstétrica, conferidos nos termos da lei;

III – o titular do diploma ou certificado de Enfermeira e a titular do diploma ou certificado de Enfermeira Obstétrica ou de Obstetriz, ou equivalente, conferido por escola estrangeira segundo as leis do país, registrado em virtude de acordo de intercâmbio cultural ou revalidado no Brasil como diploma de Enfermeiro, de Enfermeira Obstétrica ou de Obstetriz;

IV – aqueles que, não abrangidos pelos incisos anteriores, obtiverem título de Enfermeiro conforme o disposto na alínea "d" do Art. 3º do Decreto nº 50.387, de 28 de março de 1961.

Art. 7º – São técnicos de Enfermagem:

I – o titular do diploma ou do certificado de Técnico de Enfermagem, expedido de acordo com a legislação e registrado pelo órgão competente;

II – o titular do diploma ou do certificado legalmente conferido por escola ou curso estrangeiro, registrado em virtude de acordo de intercâmbio cultural ou revalidado no Brasil como diploma de Técnico de Enfermagem.

Art. 8º – São Auxiliares de Enfermagem:

I – o titular do certificado de Auxiliar de Enfermagem conferido por instituição de ensino, nos termos da Lei e registrado no órgão competente;

II – o titular do diploma a que se refere a Lei nº 2.822, de 14 de junho de 1956;

III – o titular do diploma ou certificado a que se refere o inciso III do Art. 2º da Lei nº 2.604, de 17 de setembro de 1955, expedido até a publicação da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961;

IV – o titular de certificado de Enfermeiro Prático ou Prático de Enfermagem, expedido até 1964 pelo Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia, do Ministério da Saúde, ou por órgão congênere da Secretaria de Saúde nas Unidades da Federação, nos termos do Decreto-lei nº 23.774, de 22 de janeiro de 1934, do Decreto-lei nº 8.778, de 22 de janeiro de 1946, e da Lei nº 3.640, de 10 de outubro de 1959;

V – o pessoal enquadrado como Auxiliar de Enfermagem, nos termos do Decreto-lei nº 299, de 28 de fevereiro de 1967;

VI – o titular do diploma ou certificado conferido por escola ou curso estrangeiro, segundo as leis do país, registrado em virtude de acordo de intercâmbio cultural ou revalidado no Brasil como certificado de Auxiliar de Enfermagem.

Art. 9º – São Parteiros:

I – a titular de certificado previsto no Art. 1º do Decreto-lei nº 8.778, de 22 de janeiro de 1946, observado o disposto na Lei nº 3.640, de 10 de outubro de 1959;

II – a titular do diploma ou certificado de Parteira, ou equivalente, conferido por escola ou curso estrangeiro, segundo as leis do país, registrado em virtude de intercâmbio cultural ou revalidado no Brasil, até 2 (dois) anos após a publicação desta Lei, como certificado de Parteira.

Art. 10 – (vetado)

Art. 11. O Enfermeiro exerce todas as atividades de enfermagem, cabendo-lhe:

I – privativamente:

a) direção do órgão de enfermagem integrante da estrutura básica da instituição de saúde, pública e privada, e chefia de serviço e de unidade de enfermagem;

b) organização e direção dos serviços de enfermagem e de suas atividades técnicas e auxiliares nas empresas prestadoras desses serviços;

c) planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação dos serviços da assistência de enfermagem;

d) (VETADO);

e) (VETADO);

f) (VETADO);

g) (VETADO);

h) consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de enfermagem;

- i) consulta de enfermagem;
  - j) prescrição da assistência de enfermagem;
  - l) cuidados diretos de enfermagem a pacientes graves com risco de vida;
  - m) cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos de base científica e capacidade de tomar decisões imediatas;
- II – como integrante da equipe de saúde:
- a) participação no planejamento, execução e avaliação da programação de saúde;
  - b) participação na elaboração, execução e avaliação dos planos assistenciais de saúde;
  - c) prescrição de medicamentos estabelecidos em programas de saúde pública e em rotina aprovada pela instituição de saúde;
  - d) participação em projetos de construção ou reforma de unidades de internação;
  - e) prevenção e controle sistemático da infecção hospitalar e de doenças transmissíveis em geral;
  - f) prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados à clientela durante a assistência de enfermagem;
  - g) assistência de enfermagem à gestante, parturiente e puérpera;
  - h) acompanhamento da evolução e do trabalho de parto;
  - i) execução do parto sem distocia;
  - j) educação visando à melhoria de saúde da população.

Parágrafo único. As profissionais referidas no inciso II do art. 6º desta lei incumbe, ainda:

- a) assistência à parturiente e ao parto normal;
- b) identificação das distocias obstétricas e tomada de providências até a chegada do médico;
- c) realização de episiotomia e episiorrafia e aplicação de anestesia local, quando necessária.

Art. 12 – O Técnico de Enfermagem exerce atividade de nível médio, envolvendo orientação e acompanhamento do trabalho de Enfermagem em grau auxiliar, e participação no planejamento da assistência de Enfermagem, cabendo-lhe especialmente:

§ 1º Participar da programação da assistência de Enfermagem;

§ 2º Executar ações assistenciais de Enfermagem, exceto as privativas do Enfermeiro, observado o disposto no Parágrafo único do Art. 11 desta Lei;

§ 3º Participar da orientação e supervisão do trabalho de Enfermagem em grau auxiliar;

§ 4º Participar da equipe de saúde.

Art. 13 – O Auxiliar de Enfermagem exerce atividades de nível médio, de natureza repetitiva, envolvendo serviços auxiliares de Enfermagem sob supervisão, bem como a participação em nível de execução simples, em processos de tratamento, cabendo-lhe especialmente:

§ 1º Observar, reconhecer e descrever sinais e sintomas;

§ 2º Executar ações de tratamento simples;

§ 3º Prestar cuidados de higiene e conforto ao paciente;

§ 4º Participar da equipe de saúde.

Art. 14 – (vetado)

Art. 15 – As atividades referidas nos arts. 12 e 13 desta Lei, quando exercidas em instituições de saúde, públicas e privadas, e em programas de saúde, somente podem ser desempenhadas sob orientação e supervisão de Enfermeiro.

Art. 16 – (vetado)

Art. 17 – (vetado)

Art. 18 – (vetado)

Parágrafo único. (vetado)

Art. 19 – (vetado)

Art. 20 – Os órgãos de pessoal da administração pública direta e indireta, federal, estadual, municipal, do Distrito Federal e dos Territórios observarão, no provimento de cargos e funções e na contratação de pessoal de Enfermagem, de todos os graus, os preceitos desta Lei.

Parágrafo único – Os órgãos a que se refere este artigo promoverão as medidas necessárias à harmonização das situações já existentes com as disposições desta Lei, respeitados os direitos adquiridos quanto a vencimentos e salários.

Art. 21 – (vetado)

Art. 22 – (vetado)

Art. 23 – O pessoal que se encontra executando tarefas de Enfermagem, em virtude de carência de recursos humanos de nível médio nesta área, sem possuir formação específica regulada em lei, será autorizado, pelo Conselho Federal de Enfermagem, a exercer atividades elementares de Enfermagem, observado o disposto no Art. 15 desta Lei.

Parágrafo único – A autorização referida neste artigo, que obedecerá aos critérios baixados pelo Conselho Federal de Enfermagem, somente poderá ser concedida durante o prazo de 10 (dez) anos, a contar da promulgação desta Lei.

Art. 24 – (vetado)

Parágrafo único – (vetado)

Art. 25 – O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 26 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 27 – Revogam-se (vetado) as demais disposições em contrário.

### ÉTICA E LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL.

#### Código de Ética profissional em Enfermagem RESOLUÇÃO COFEN Nº 564/2017

*Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem*

O Conselho Federal de Enfermagem – Cofen, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº 421, de 15 de fevereiro de 2012, e

CONSIDERANDO que nos termos do inciso III do artigo 8º da Lei 5.905, de 12 de julho de 1973, compete ao Cofen elaborar o Código de Deontologia de Enfermagem e alterá-lo, quando necessário, ouvidos os Conselhos Regionais;

CONSIDERANDO que o Código de Deontologia de Enfermagem deve submeter-se aos dispositivos constitucionais vigentes;

CONSIDERANDO a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (1948) e adotada pela Convenção de Genebra (1949), cujos postulados estão contidos no Código de Ética do Conselho Internacional de Enfermeiras (1953, revisado em 2012);

CONSIDERANDO a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (2005);

CONSIDERANDO o Código de Deontologia de Enfermagem do Conselho Federal de Enfermagem (1976), o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (1993, reformulado em 2000 e 2007), as normas nacionais de pesquisa (Resolução do Conselho Nacional de Saúde – CNS nº 196/1996), revisadas pela Resolução nº 466/2012, e as normas internacionais sobre pesquisa envolvendo seres humanos;

CONSIDERANDO a proposta de Reformulação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, consolidada na 1ª Conferência Nacional de Ética na Enfermagem – 1ª CONEENF, ocorrida no período de 07 a 09 de junho de 2017, em Brasília – DF, realizada pelo Conselho Federal de Enfermagem e Coordenada pela Comissão Nacional de Reformulação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, instituída pela Portaria Cofen nº 1.351/2016;

CONSIDERANDO a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal e a Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, que estabelece a notificação compulsória, no território nacional, nos casos de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos e privados;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso;

CONSIDERANDO a Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental;

CONSIDERANDO a Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

CONSIDERANDO as sugestões apresentadas na Assembleia Extraordinária de Presidentes dos Conselhos Regionais de Enfermagem, ocorrida na sede do Cofen, em Brasília, Distrito Federal, no dia 18 de julho de 2017, e

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem em sua 491ª Reunião Ordinária,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, conforme o anexo desta Resolução, para observância e respeito dos profissionais de Enfermagem, que poderá ser consultado através do sítio de internet do Cofen ([www.cofen.gov.br](http://www.cofen.gov.br)).

Art. 2º Este Código aplica-se aos Enfermeiros, Técnicos de Enfermagem, Auxiliares de Enfermagem, Obstetrias e Parteiras, bem como aos atendentes de Enfermagem.

Art. 3º Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Federal de Enfermagem.

Art. 4º Este Código poderá ser alterado pelo Conselho Federal de Enfermagem, por proposta de 2/3 dos Conselheiros Efetivos do Conselho Federal ou mediante proposta de 2/3 dos Conselhos Regionais.

Parágrafo Único. A alteração referida deve ser precedida de ampla discussão com a categoria, coordenada pelos Conselhos Regionais, sob a coordenação geral do Conselho Federal de Enfermagem, em formato de Conferência Nacional, precedida de Conferências Regionais.

Art. 5º A presente Resolução entrará em vigor 120 (cento e vinte) dias a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Resolução Cofen nº 311/2007, de 08 de fevereiro de 2007.

Brasília, 6 de novembro de 2017.

#### ANEXO DA RESOLUÇÃO COFEN Nº 564/2017

##### PREÂMBULO

O Conselho Federal de Enfermagem, ao revisar o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem – CEPE, norteou-se por princípios fundamentais, que representam imperativos para a conduta profissional e consideram que a Enfermagem é uma ciência, arte e uma prática social, indispensável à organização e ao funcionamento dos serviços de saúde; tem como responsabilidades a promoção e a restauração da saúde, a prevenção de agravos e doenças e o alívio do sofrimento; proporciona cuidados à pessoa, à família e à coletividade; organiza suas ações e intervenções de modo autônomo, ou em colaboração com outros profissionais da área; tem direito a remuneração justa e a condições adequadas de trabalho, que possibilitem um cuidado profissional seguro e livre de danos. Sobretudo, esses princípios fundamentais reafirmam que o respeito aos direitos humanos é inerente ao exercício da profissão, o que inclui os direitos da pessoa à vida, à saúde, à liberdade, à igualdade, à segurança pessoal, à livre escolha, à dignidade e a ser tratada sem distinção de classe social, geração, etnia, cor, crença religiosa, cultura, incapacidade, deficiência, doença, identidade de gênero, orientação sexual, nacionalidade, convicção política, raça ou condição social.

Inspirado nesse conjunto de princípios é que o Conselho Federal de Enfermagem, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 8º, inciso III, da Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, aprova e edita esta nova revisão do CEPE, exortando os profissionais de Enfermagem à sua fiel observância e cumprimento.

**PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS**

A Enfermagem é comprometida com a produção e gestão do cuidado prestado nos diferentes contextos socioambientais e culturais em resposta às necessidades da pessoa, família e coletividade.

O profissional de Enfermagem atua com autonomia e em consonância com os preceitos éticos e legais, técnico-científico e teórico-filosófico; exerce suas atividades com competência para promoção do ser humano na sua integralidade, de acordo com os Princípios da Ética e da Bioética, e participa como integrante da equipe de Enfermagem e de saúde na defesa das Políticas Públicas, com ênfase nas políticas de saúde que garantam a universalidade de acesso, integralidade da assistência, resolutividade, preservação da autonomia das pessoas, participação da comunidade, hierarquização e descentralização político-administrativa dos serviços de saúde.

O cuidado da Enfermagem se fundamenta no conhecimento próprio da profissão e nas ciências humanas, sociais e aplicadas e é executado pelos profissionais na prática social e cotidiana de assistir, gerenciar, ensinar, educar e pesquisar.

**CAPÍTULO I  
DOS DIREITOS**

Art. 1º Exercer a Enfermagem com liberdade, segurança técnica, científica e ambiental, autonomia, e ser tratado sem discriminação de qualquer natureza, segundo os princípios e pressupostos legais, éticos e dos direitos humanos.

Art. 2º Exercer atividades em locais de trabalho livre de riscos e danos e violências física e psicológica à saúde do trabalhador, em respeito à dignidade humana e à proteção dos direitos dos profissionais de enfermagem.

Art. 3º Apoiar e/ou participar de movimentos de defesa da dignidade profissional, do exercício da cidadania e das reivindicações por melhores condições de assistência, trabalho e remuneração, observados os parâmetros e limites da legislação vigente.

Art. 4º Participar da prática multiprofissional, interdisciplinar e transdisciplinar com responsabilidade, autonomia e liberdade, observando os preceitos éticos e legais da profissão.

Art. 5º Associar-se, exercer cargos e participar de Organizações da Categoria e Órgãos de Fiscalização do Exercício Profissional, atendidos os requisitos legais.

Art. 6º Aprimorar seus conhecimentos técnico-científicos, ético-políticos, socioeducativos, históricos e culturais que dão sustentação à prática profissional.

Art. 7º Ter acesso às informações relacionadas à pessoa, família e coletividade, necessárias ao exercício profissional.

Art. 8º Requerer ao Conselho Regional de Enfermagem, de forma fundamentada, medidas cabíveis para obtenção de desagravo público em decorrência de ofensa sofrida no exercício profissional ou que atinja a profissão.

Art. 9º Recorrer ao Conselho Regional de Enfermagem, de forma fundamentada, quando impedido de cumprir o presente Código, a Legislação do Exercício Profissional e as Resoluções, Decisões e Pareceres Normativos emanados pelo Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem.

Art. 10 Ter acesso, pelos meios de informação disponíveis, às diretrizes políticas, normativas e protocolos institucionais, bem como participar de sua elaboração.

Art. 11 Formar e participar da Comissão de Ética de Enfermagem, bem como de comissões interdisciplinares da instituição em que trabalha.

Art. 12 Abster-se de revelar informações confidenciais de que tenha conhecimento em razão de seu exercício profissional.

Art. 13 Suspender as atividades, individuais ou coletivas, quando o local de trabalho não oferecer condições seguras para o exercício profissional e/ou desrespeitar a legislação vigente, ressalvadas as situações de urgência e emergência, devendo formalizar imediatamente sua decisão por escrito e/ou por meio de correio eletrônico à instituição e ao Conselho Regional de Enfermagem.

Art. 14 Aplicar o processo de Enfermagem como instrumento metodológico para planejar, implementar, avaliar e documentar o cuidado à pessoa, família e coletividade.

Art. 15 Exercer cargos de direção, gestão e coordenação, no âmbito da saúde ou de qualquer área direta ou indiretamente relacionada ao exercício profissional da Enfermagem.

Art. 16 Conhecer as atividades de ensino, pesquisa e extensão que envolvam pessoas e/ou local de trabalho sob sua responsabilidade profissional.

Art. 17 Realizar e participar de atividades de ensino, pesquisa e extensão, respeitando a legislação vigente.

Art. 18 Ter reconhecida sua autoria ou participação em pesquisa, extensão e produção técnico-científica.

Art. 19 Utilizar-se de veículos de comunicação, mídias sociais e meios eletrônicos para conceder entrevistas, ministrar cursos, palestras, conferências, sobre assuntos de sua competência e/ou divulgar eventos com finalidade educativa e de interesse social.

Art. 20 Anunciar a prestação de serviços para os quais detenha habilidades e competências técnico-científicas e legais.

Art. 21 Negar-se a ser filmado, fotografado e exposto em mídias sociais durante o desempenho de suas atividades profissionais.

Art. 22 Recusar-se a executar atividades que não sejam de sua competência técnica, científica, ética e legal ou que não ofereçam segurança ao profissional, à pessoa, à família e à coletividade.

Art. 23 Requerer junto ao gestor a quebra de vínculo da relação profissional/usuários quando houver risco à sua integridade física e moral, comunicando ao Coren e assegurando a continuidade da assistência de Enfermagem.

**CAPÍTULO II  
DOS DEVERES**

Art. 24 Exercer a profissão com justiça, compromisso, equidade, resolutividade, dignidade, competência, responsabilidade, honestidade e lealdade.

Art. 25 Fundamentar suas relações no direito, na prudência, no respeito, na solidariedade e na diversidade de opinião e posição ideológica.

Art. 26 Conhecer, cumprir e fazer cumprir o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem e demais normativos do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem.

Art. 27 Incentivar e apoiar a participação dos profissionais de Enfermagem no desempenho de atividades em organizações da categoria.

Art. 28 Comunicar formalmente ao Conselho Regional de Enfermagem e aos órgãos competentes fatos que infrinjam dispositivos éticos-legais e que possam prejudicar o exercício profissional e a segurança à saúde da pessoa, família e coletividade.

Art. 29 Comunicar formalmente, ao Conselho Regional de Enfermagem, fatos que envolvam recusa e/ou demissão de cargo, função ou emprego, motivado pela necessidade do profissional em cumprir o presente Código e a legislação do exercício profissional.

Art. 30 Cumprir, no prazo estabelecido, determinações, notificações, citações, convocações e intimações do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem.

Art. 31 Colaborar com o processo de fiscalização do exercício profissional e prestar informações fidedignas, permitindo o acesso a documentos e a área física institucional.

Art. 32 Manter inscrição no Conselho Regional de Enfermagem, com jurisdição na área onde ocorrer o exercício profissional.

Art. 33 Manter os dados cadastrais atualizados junto ao Conselho Regional de Enfermagem de sua jurisdição.

Art. 34 Manter regularizadas as obrigações financeiras junto ao Conselho Regional de Enfermagem de sua jurisdição.

Art. 35 Apor nome completo e/ou nome social, ambos legíveis, número e categoria de inscrição no Conselho Regional de Enfermagem, assinatura ou rubrica nos documentos, quando no exercício profissional.

§ 1º É facultado o uso do carimbo, com nome completo, número e categoria de inscrição no Coren, devendo constar a assinatura ou rubrica do profissional.

§ 2º Quando se tratar de prontuário eletrônico, a assinatura deverá ser certificada, conforme legislação vigente.

Art. 36 Registrar no prontuário e em outros documentos as informações inerentes e indispensáveis ao processo de cuidar de forma clara, objetiva, cronológica, legível, completa e sem rasuras.

Art. 37 Documentar formalmente as etapas do processo de Enfermagem, em consonância com sua competência legal.

Art. 38 Prestar informações escritas e/ou verbais, completas e fidedignas, necessárias à continuidade da assistência e segurança do paciente.

Art. 39 Esclarecer à pessoa, família e coletividade, a respeito dos direitos, riscos, benefícios e intercorrências acerca da assistência de Enfermagem.

Art. 40 Orientar à pessoa e família sobre preparo, benefícios, riscos e consequências decorrentes de exames e de outros procedimentos, respeitando o direito de recusa da pessoa ou de seu representante legal.

Art. 41 Prestar assistência de Enfermagem sem discriminação de qualquer natureza.

Art. 42 Respeitar o direito do exercício da autonomia da pessoa ou de seu representante legal na tomada de decisão, livre e esclarecida, sobre sua saúde, segurança, tratamento, conforto, bem-estar, realizando ações necessárias, de acordo com os princípios éticos e legais.

Parágrafo único. Respeitar as diretrizes antecipadas da pessoa no que concerne às decisões sobre cuidados e tratamentos que deseja ou não receber no momento em que estiver incapacitado de expressar, livre e autonomamente, suas vontades.

Art. 43 Respeitar o pudor, a privacidade e a intimidade da pessoa, em todo seu ciclo vital e nas situações de morte e pós-morte.

Art. 44 Prestar assistência de Enfermagem em condições que ofereçam segurança, mesmo em caso de suspensão das atividades profissionais decorrentes de movimentos reivindicatórios da categoria.

Parágrafo único. Será respeitado o direito de greve e, nos casos de movimentos reivindicatórios da categoria, deverão ser prestados os cuidados mínimos que garantam uma assistência segura, conforme a complexidade do paciente.

Art. 45 Prestar assistência de Enfermagem livre de danos decorrentes de imperícia, negligência ou imprudência.

Art. 46 Recusar-se a executar prescrição de Enfermagem e Médica na qual não constem assinatura e número de registro do profissional prescritor, exceto em situação de urgência e emergência.

§ 1º O profissional de Enfermagem deverá recusar-se a executar prescrição de Enfermagem e Médica em caso de identificação de erro e/ou ilegitimidade da mesma, devendo esclarecer com o prescritor ou outro profissional, registrando no prontuário.

§ 2º É vedado ao profissional de Enfermagem o cumprimento de prescrição à distância, exceto em casos de urgência e emergência e regulação, conforme Resolução vigente.

Art. 47 Posicionar-se contra, e denunciar aos órgãos competentes, ações e procedimentos de membros da equipe de saúde, quando houver risco de danos decorrentes de imperícia, negligência e imprudência ao paciente, visando a proteção da pessoa, família e coletividade.

Art. 48 Prestar assistência de Enfermagem promovendo a qualidade de vida à pessoa e família no processo do nascer, viver, morrer e luto.

Parágrafo único. Nos casos de doenças graves incuráveis e terminais com risco iminente de morte, em consonância com a equipe multiprofissional, oferecer todos os cuidados paliativos disponíveis para assegurar o conforto físico, psíquico, social e espiritual, respeitada a vontade da pessoa ou de seu representante legal.